

# Relatório Anual Societário e Regulatório 2019



Castro (PR), abril de 2020

# Índice

<b>1-Relatório da Administração Societário</b> .....	2
Carta do Presidente.....	4
Carta do Contador.....	6
Cenário.....	7
Distribuição.....	7
Tecnologia da Informação.....	12
Desempenho econômico-financeiro.....	12
Gestão.....	14
Agradecimentos.....	17
<b>2-Balanco Patrimonial Societário</b> .....	18
Ativo.....	19
Passivo.....	20
<b>3-Demonstração do Resultado do Exercício</b> .....	22
<b>4- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido</b> .....	28
<b>5-Fluxo de Caixa</b> .....	31
<b>6-Notas Explicativas Societárias</b> .....	34
<b>7-Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	71
<b>8-Parecer dos Auditores Independentes</b> .....	73
<b>9-Relatório da Administração Regulatório</b> .....	76
<b>10-Balanco Patrimonial Regulatório</b> .....	105
<b>11-Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória</b> .....	96
<b>12- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Regulatória</b> .....	101
<b>13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório</b> .....	104
<b>14-Notas Explicativas Regulatórias</b> .....	106
<b>15-Notas Conciliatórias Societária X Regulatória</b> .....	146
<b>16-Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	158
<b>17-Parecer dos Auditores Independentes Regulatório</b> .....	159

# **1 - Relatório da Administração Societário**

# 1 Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

## Carta do Presidente

O ano de 2018 constituiu um marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS. Detém a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-ANEEL.

A CASTRO-DIS foi fundada sob a égide da lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. O artigo 23 da citada Lei, preconizava a estruturação das cooperativas de eletrificação rural como empresa regulamentada em conformidade com os ditames legais, passando estas a serem distribuidoras de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2019, esta Permissionária já se encontra no segundo ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2019, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.273 de 18 de julho de 2017 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em seu bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CASTRO-DIS, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico interno, continuamos fazendo os serviços normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção de redes em geral e manutenção preventiva de religadores.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2019.

A administração agradece aos seus associados pela confiança e apoio recebido no decorrer de 2019, também agradece aos colaboradores do setor administrativo, técnico, aos prestadores de serviços, os quais sempre encontram força e energia para manter a confiabilidade e bom andamento da atividade aos associados e consumidores; e ainda às autoridades Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e Instituições de Crédito pelo apoio recebido.

Aos familiares de nossos associados que por motivo de falecimento não mais prosseguem junto a nós, os nossos sinceros sentimentos.

E a DEUS elevamos toda a nossa gratidão por todas as oportunidades oferecidas, que certamente proporcionaram dias melhores a todos, sempre motivados pelo espírito cooperativista.

**PEDRO IRINEU TEIDER**

**Diretor Presidente.**

## **Carta do Contador**

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2019, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CASTRO-DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

**PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA**

**Contador**

**CRC – PR 029.526/O-8**

## Cenário

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de vários anos de existência.

A CASTRO-DIS, concluiu a implantação do Sistema de Gestão para NBR ISO 9001:2015. Ela foi certificada no dia 11 de dezembro de 2019 com validade até 10 de dezembro de 2022 sob o número de Registro do Certificado TNBR-25677. Implantou e utiliza sistema de acordo com a norma para coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica, tratamento de reclamação de consumidores e padrões de atendimento comercial, na área de permissão.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

## Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

**Ligação de consumidores** - foram realizadas no ano 3 novas ligações sendo 2 de iluminação pública, 1 comercial e 01 desligamento residencial, totalizando 618 consumidores atendidos pela Permissionária, número 0,32% superior ao de 2018\*.

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

### Número de Consumidores

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	-	-	-	155	154
Comercial	-	-	-	97	98
Industrial	-	-	-	4	4
Rural	-	-	-	356	356
Poderes Públicos	-	-	-	1	1
Iluminação Pública	-	-	-	1	3
Serviço Público	-	-	-	2	2
<b>Total</b>	-	-	-	<b>616</b>	<b>618</b>
<b>Varição</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,32%</b>

**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 41,78 GWh (6,48 GWh em 2018\*).

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 47,77% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 543,87% em relação ao ano de 2018. A classe industrial representa 42,46% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 554,61% em relação ao ano de 2018. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

### Mercado Atendido

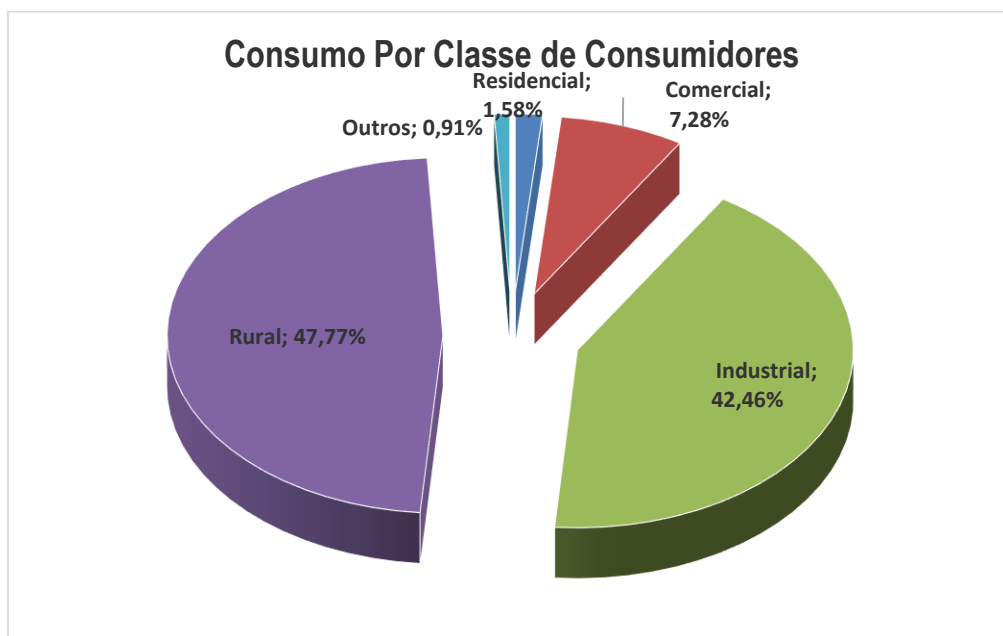
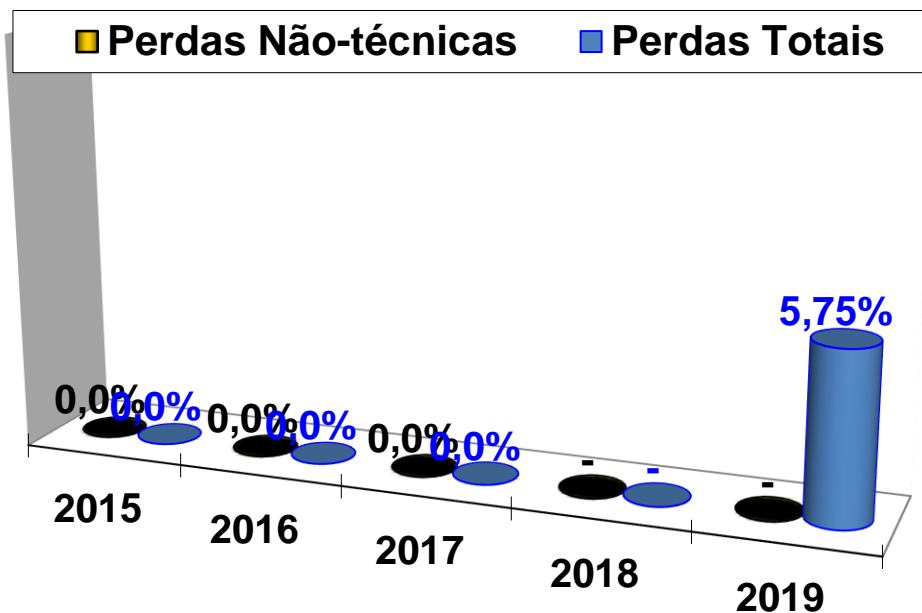
Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Energia Faturada</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
Fornecimento	-	-	-	6,48	41,79
Residencial	-	-	-	0,10	0,66
Comercial	-	-	-	0,51	3,04
Industrial	-	-	-	2,71	17,74
Rural	-	-	-	3,10	19,97
Poderes Públicos	-	-	-	0,00	0,02
Iluminação Pública	-	-	-	0,05	0,32
Serviço Público	-	-	-	0,01	0,04
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
<b>Variação</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>545,31%</b>

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	-	-	-	6,48	41,79
- Fornecimento	-	-	-	6,48	41,79
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição				-	2,55
Perdas Técnicas				-	2,55
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-	-
<b>Perdas Totais - PT</b>	-	-	-	-	<b>2,55</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>#DIV/0!</b>	-	<b>5,75%</b>

Total	-	-	-	6,48	44,34
-------	---	---	---	------	-------

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

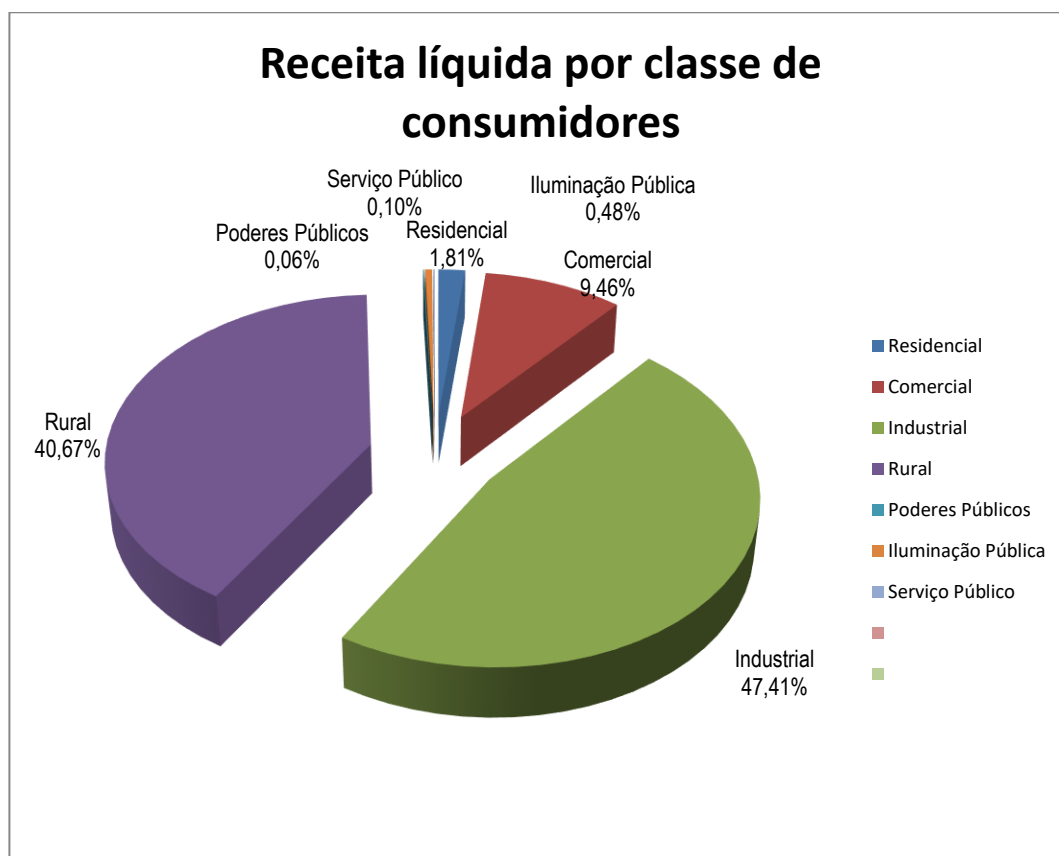


**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 12.380,42 mil, conforme quadro a seguir:

### Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2019	2018	%
Residencial	224,20	32,56	588,57%
Comercial	1.171,21	194,02	503,65%
Industrial	5.869,62	914,67	541,72%
Rural	5.035,64	768,86	554,95%
<b>Outros</b>	<b>79,75</b>	<b>13,23</b>	<b>1457,18%</b>
Poderes Públicos	7,76	1,38	462,32%
Iluminação Pública	59,60	9,72	513,17%
Serviço Público	12,39	2,13	481,69%
<b>Total</b>	<b>12.380,42</b>	<b>1.923,34</b>	<b>543,69%</b>

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão



**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 0,32 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

### Número de Consumidores

Classe	2019	2018	Var %
Residencial	154	155	-0,65%
Comercial	98	97	1,03%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	356	356	0,00%
<b>Outros</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>200,00%</b>
Poderes Públicos	1	1	0,00%
Iluminação Pública	3	1	200,00%
Serviço Público	2	2	0,00%
<b>Total</b>	<b>618</b>	<b>616</b>	<b>0,32%</b>

**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento residencial de energia elétrica em dezembro de 2019 atingiu R\$ 339,38, por meio da Resolução ANEEL no de 2.583 de 23 / 07 / 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	339,38
Comercial	385,03
Industrial	330,85
Rural	252,22

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,1021	0,17504	0,26255	0,29173

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
<b>2018</b>	0,00	0,00	0,00
<b>2019</b>	9,88	9,25	35,05

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

**Atendimento ao consumidor** – Para manter o padrão de atendimento e dando sequencia ao processo de melhoria no atendimento ao consumidor, implantamos no final do ano de 2019 uma central telefônica digital com sistema de Unidade de Resposta Audível (URA) para registros, facilitar a comunicação e acesso à informação aos nossos consumidores

## Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização e para atuar efetivamente como prestador de serviço público, a CASTRO-DIS continua aperfeiçoando o sistema comercial, administrativo e de gestão interna, contando com novas ferramentas de trabalho e banco de dados, mais eficientes, seguras e eficazes. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde, equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Destaque para aquisição de pacote de internet corporativo com fibra óptica para atender as necessidades e respostas rápidas no sistema de comunicação.

## Desempenho econômico-financeiro

Em 2019, as sobras líquidas foram de R\$ 961,23 mil, contra perdas de R\$ (19,46) mil em 2018, um aumento de 4.939,51%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 965,15 mil  
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 427,09 mil  
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 16,34 mil

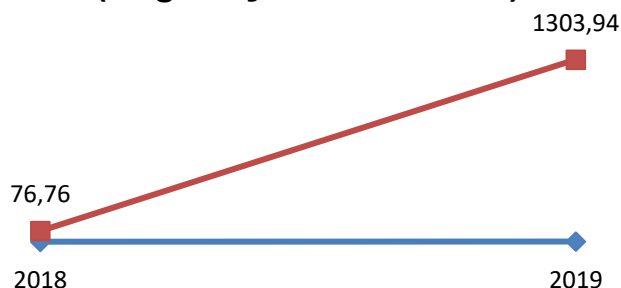
A receita operacional líquida atingiu R\$ 13.804,88 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 2.619,02 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 12.952,70 mil, 399,71% superior em relação à 2018, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 1.152,75% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 8,21% contra 0,23% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.303,94 mil, superior em 1.598,72% a 2018, que foi de R\$ 76,76 mil, conforme evolução abaixo:

**\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão**

## EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)

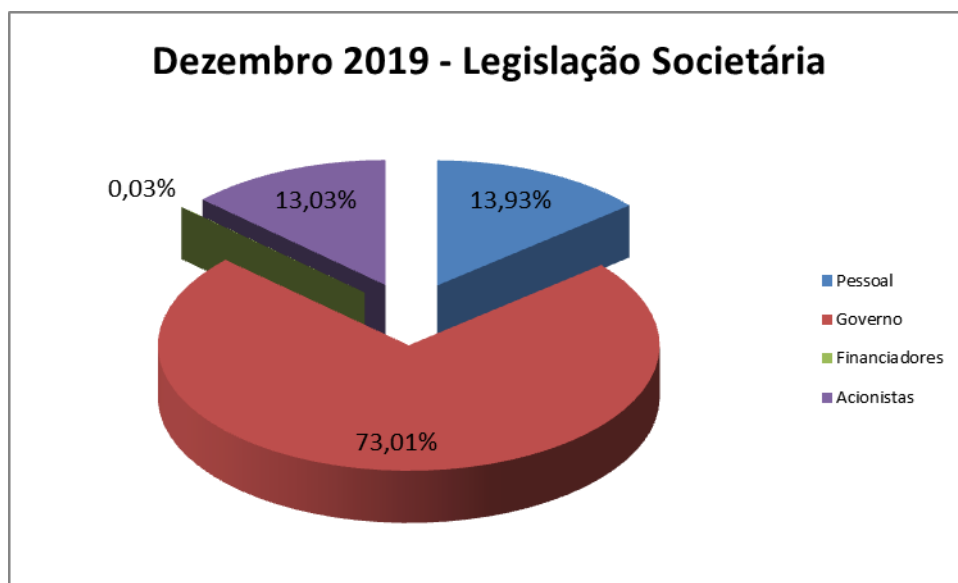


**Investimentos:** No exercício de 2018 e 2019 a CASTRO-DIS não realizou o envio do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Devido a um comunicado em resposta a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, estamos isentos de envio das informações do PDD também em 2020, Mesmo assim a Castro-DIS realizou o preenchimento do quadro abaixo com os dados realizados de 2019 e os projetados dos demais exercícios posteriores:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	-	-	<b>500,34</b>	<b>488,70</b>	<b>241,25</b>	<b>254,09</b>	<b>267,61</b>	<b>281,83</b>
Transformador de Distribuição			51,83	54,58	57,48	60,54	63,76	67,15
Medidor			40,44	42,59	44,86	47,24	49,76	52,40
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)			2,37	5,23	5,50	5,80	6,11	6,43
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)			68,36	375,61	122,15	128,65	135,49	142,70
Redes Alta Tensão (69 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)							-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)			337,34	3,57	3,76	3,96	4,17	4,39
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)							-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		-	-	7,12	7,50	7,90	8,32	8,76
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

**Valor adicionado:** Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 7.158,46 mil, representando 37,75% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Permissionária era de R\$ 61,70 mil, composto por 617 quotas, com valor nominal R\$ 100,00.

## Gestão

**Administração:** A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de

produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

**Planejamento empresarial:** A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

**Gestão pela qualidade total:** Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

**Recursos humanos:** A área de recursos humanos é reponsável por melhorar o desempenho da empresa, através de do recurso “pessoas” atendendo assim com eficiência os associados/consumidores, colaboradores e fornecedores. Em 2019 a permissionária investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, aos colaboradores que estão investindo na formação profissional (ensino superior) a permissionária oferece uma bolsa de estudo que custeia uma parte da mensalidade.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

<b>Outorgada em números</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento</b>			
Número de consumidores	618	616	<b>0,32%</b>
Número de empregados	12	11	<b>9,09%</b>
Número de consumidores por empregado	52	56	<b>-8,04%</b>
Número de localidades atendidas	4	4	<b>0,00%</b>
Número de agências	0	0	<b>0,00%</b>
Número de postos de atendimento	0	0	<b>0,00%</b>
Número de postos de arrecadação	0	0	<b>0,00%</b>
<b>Mercado</b>			
Área de Permissão (Km <sup>2</sup> )	603,79	603,79	<b>0,00%</b>
Geração própria (GWh)	0	0	<b>0,00%</b>
Demanda máxima (MWh/h)	4,77	0,74	<b>545,47%</b>
Distribuição direta (GWh)	0	0	<b>0,00%</b>
Consumo residencial médio (kWh/ano)	55.051,00	47.650,00	<b>15,53%</b>
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	326,87	326,93	<b>-0,02%</b>
Total (exceto curto prazo)	0	0	<b>0,00%</b>
Residencial	339,38	341,61	<b>-0,65%</b>

Comercial	385,03	380,92	1,08%
Industrial	330,85	337,01	-1,83%
Rural	252,22	248,16	1,63%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	9,88	0,00	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,96	0,96	0,42%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	1,20	1,20	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,25	0,00	0,00%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	161,620	0,00	0,00%
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	265,21	264,61	0,23%
Capacidade instalada (MW)	34,67	32,90	5,37%
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	18.963,02	3.256,57	482,30%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	13.804,88	2.619,02	427,10%
Margem operacional do serviço líquida (%)	37,36%	24,34%	53,49%
EBITDA OU LAJIDA	1.303,94	76,76	1598,72%
Lucro líquido (R\$ mil)	961,23	19,46	4839,52%
Lucro líquido por mil cotas	961,23	19,46	4839,52%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	9.507,15	8.543,41	11,28%
Valor patrimonial por cota R\$	9.507,15	8.543,41	11,28%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,10	0,00	4338,80%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,28	0,21	30,54%
Em moeda nacional (%)	0,28	0,21	30,54%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
<b>Indicadores de Performance</b>			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,82	3,54	36,16%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	3.677,45	723,29	408,44%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	71,41	12,92	452,89%
Retorno de ativos por unidade	0,14	0,01	2700,00%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Castro, Paraná, 30 de Abril de 2020

A Administração

## **2-Balanco Patrimonial Societário**

## 2 Balanço Patrimonial

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuicao de Energia  
Elétrica de Castro

CNPJ no 30.460.297/0001-39

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

### Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Ativos</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.512,79</b>	<b>4.816,43</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.757,10	3.235,56
Consumidores	1.604,54	1.242,48
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	53,44	1,56
Depósitos judiciais e cauções		-
Almoxarifado operacional	42,50	34,62
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	542,48	19,67
Despesas pagas antecipadamente	30,07	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	482,66	282,54
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	-	-
<b>Bens destinados à alienação</b>	-	-
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>5.610,03</b>	<b>5.527,14</b>
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	18,27	0,35
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	1,98	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	200,47	113,43
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	0,89
Imobilizado	179,59	227,05
Intangível	5.209,72	5.185,42

<b>Total do ativo</b>	<b>12.122,82</b>	<b>10.343,57</b>
-----------------------	------------------	------------------

#### **Passivo**

<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.608,05</b>	<b>1.800,16</b>
Fornecedores	1.171,85	1.056,62
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	32,98
Obrigações sociais e trabalhistas	204,07	32,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	308,66	246,80
Provisão para litígios	-	104,32
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	380,08	170,26
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	402,15	151,73
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	141,24	5,10
<b>Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>7,62</b>	<b>-</b>
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,62	-

<b>Total do passivo</b>	<b>2.615,67</b>	<b>1.800,16</b>
-------------------------	-----------------	-----------------

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.507,15</b>	<b>8.543,41</b>
Capital social	61,70	39,50
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	8.637,69	8.490,16
Sobras à disposição da Assembleia	807,76	13,75
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.507,15</b>	<b>8.543,41</b>
------------------------------------	-----------------	-----------------

<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>12.122,82</b>	<b>10.343,57</b>
---	------------------	------------------

## **3 - Demonstração do Resultado do Exercício**

### 3 Demonstração do Resultado do Exercício

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro

CNPJ no 30.460.297/0001-39

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

#### Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Operações em continuidade</b>		
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>18.963,01</b>	<b>3.256,56</b>
Fornecimento de energia elétrica	9.746,68	2.456,23
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.312,74	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(60,22)	(131,88)
Serviços cobráveis	1,18	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.700,19	258,72
Outras receitas	1.262,44	673,49
<b>Tributos</b>	<b>(3.012,19)</b>	<b>(466,25)</b>
ICMS	(3.003,22)	(466,25)
PIS-PASEP	(1,60)	-
Cofins	(7,37)	-
ISS	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(2.145,96)</b>	<b>(171,30)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.574,37)	(105,25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(13,72)	(1,04)
Outros encargos	(557,87)	(65,01)

<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>13.804,86</b>	<b>2.619,01</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>(1.555,51)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(9.394,75)	(1.555,51)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>4.410,11</b>	<b>1.063,50</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(3.666,02)</b>	<b>(1.038,12)</b>
Pessoal e administradores	(1.377,85)	(198,21)
Material	(95,82)	(12,39)
Serviços de terceiros	(418,87)	(88,28)
Arrendamento e aluguéis	(2,04)	-
Seguros	(20,06)	-
Doações, contribuições e subvenções	(13,94)	-
Provisões	-	-
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	0,21	-
Tributos	(6,78)	(2,28)
Depreciação e amortização	(338,78)	(56,25)
Gastos diversos	(1.284,01)	(679,12)
Outras Receitas Operacionais	4,22	(1,59)
Outras Despesas Operacionais	(112,30)	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>744,09</b>	<b>25,38</b>

<b>Equivalência patrimonial</b>	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>221,06</b>	<b>(4,90)</b>
Despesas financeiras	(20,76)	(5,74)
Receitas financeiras	241,82	0,84
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>965,15</b>	<b>20,48</b>
<b>Despesa com impostos sobre os lucros</b>	<b>(3,92)</b>	<b>(1,04)</b>
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>961,23</b>	<b>19,44</b>
<b>Operações descontinuadas</b>	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-
<b>Atribuível aos:</b>		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
<b>Lucro por ação</b>	<b>15,58</b>	<b>0,49</b>
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	15,58	0,49
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

## **4- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido**



Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	0,34	-	-	-	0,34
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	-	-	-	8,28	-	-	-	8,28
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	950,30	-	950,30
Reserva legal	-	-	-	-	-	108,77	(108,77)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(8,62)	38,76	(47,52)	-	(17,38)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>61,70</b>	<b>(0,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>8.637,69</b>	<b>807,76</b>	<b>-</b>	<b>9.507,15</b>

## **5 - Fluxo de Caixa**

## 5 Demonstração de Fluxo de caixa

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuicao de Energia Eletrica de Castro

CNPJ no 30.460.297/0001-39

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

(Método Direto)

Notas	Notas	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>360,82</b>	<b>195,03</b>
Fornecimento de Energia		15.747,42	1.235,47
Suprimento de Energia		-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
Suprimento a Concessionárias		-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		1.472,43	-
Outros Recebimentos Operacionais		0,97	4,88
Fornecedores - Materiais e Serviços		(910,56)	(83,67)
Fornecedores - Energia Elétrica		(9.745,33)	(517,31)
Salários e Encargos Sociais		(686,60)	(74,87)
Tributos sobre a Receita - Federais		(476,26)	(49,13)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(2.950,38)	(261,10)
Tributos sobre o Lucro ( IRPJ / CSLL )		(9,37)	(0,55)
Encargos de Transmissão		-	-
Demais Encargos Regulatórios		(1.716,71)	(1,04)
Outras Despesas Operacionais		(364,79)	(57,65)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>163,49</b>	<b>3.002,01</b>
Aquisição de Participações Societárias		(0,14)	(0,08)
Aportes / Aumento de Capital em Controladas/Incorporação de Reservas		-	3.001,50
Investimentos		-	-
Imobilizado		(36,72)	-
Intangível		-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-
Proventos Recebidos		200,35	0,59
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>524,31</b>	<b>3.197,04</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(2,77)</b>	<b>38,52</b>
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	45,32
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(3,17)	(20,00)

Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	0,40	13,20
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>No início do exercício</b>	<b>3.235,56</b>	<b>-</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>3.757,10</b>	<b>3.235,56</b>

## **6 - Notas Explicativas Societárias**

# 6 Notas Explicativas

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1 Contexto Operacional

A CASTRO - DIS é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

#### 2 Das Permissões

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – CASTRO-DIS, detém a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de Setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-ANEEL. Atualmente (base dezembro/2019), possui 307 associados, compondo 618 unidades consumidoras. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pela Concessionária local, a COPEL Distribuição S.A.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

#### 3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC no 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 4.551,65 mil (R\$ 4.405,33 mil em 2018) e para Ativos Financeiros de R\$ 200,47 mil (R\$ 113,44 mil em 2018).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CASTRO-DIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2019, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 542,48 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 402,15 R\$/MIL

#### **4 Principais Práticas Contábeis**

##### **. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

##### **. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2019, contabilizado com base no regime de competência.

##### **. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CASTRO-DIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A CASTRO - DIS não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2019 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CASTRO - DIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

## . Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

## 5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 3.741,95 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2019	2018
SICREDI - SICREDINVEST AUTOMATICO	SICREDINVEST AUTOMATICO	Indeterminado	CDI	647,90	-
SICREDI - SICREDINVEST EXCLUSIVO CDI	SICREDINVEST AUTOMATICO	Indeterminado	CDI	3.092,07	2.885,45
CASTROLANDA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA	-	Indeterminado	-	0,83	0,80
COOP. CREDITO RURAL CAMPOS GERAIS - SICREDI	-	Indeterminado	-	1,15	0,09
<b>Total</b>				<b>3.741,95</b>	<b>2.886,34</b>

## 6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2019 e 2018, estão assim elencados, a seguir:

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Consumidores</b>		
Faturados	1.476,42	1.242,42
Não faturados	96,91	-
(-) PCLD	-	-
<b>Sub Total</b>	<b>1.573,33</b>	<b>1.242,42</b>
Serviços Cobráveis	0,03	0,00
Participação Financeira	11,67	0,00
Outros	19,50	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>31,20</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1.604,53</b>	<b>1.242,42</b>

## Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação societária			
					Provisão para devedores		Saldo	
					2019	2018	2019	2018
Residencial	25,47	2,14	0,00	<b>27,61</b>	0,00	0,00	27,61	30,09
Industrial	758,46	0,00	0,00	<b>758,46</b>	0,00	0,00	758,46	575,41
Comércio, Serviços e Outras Atividades	143,39	18,52	0,00	<b>161,91</b>	0,00	0,00	161,91	147,47
Rural	493,06	28,31	0,00	<b>521,37</b>	0,00	0,00	521,37	477,67
<b>Poder Público</b>	<b>0,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,66</b>	<b>0,60</b>
Federal	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,66	0,00	0,00	<b>0,66</b>	0,00	0,00	0,66	0,60
Iluminação Pública	5,48	0,00	0,00	<b>5,48</b>	0,00	0,00	5,48	10,15
Serviço Público	0,94	0,00	0,00	<b>0,94</b>	0,00	0,00	0,94	1,03
Renda não Faturada	96,91	0,00	0,00	<b>96,91</b>	0,00	0,00	96,91	0,00
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal - Consumidores</b>	<b>1.524,37</b>	<b>48,97</b>	<b>-</b>	<b>1.573,34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.573,34</b>	<b>1.242,42</b>
<b>Concessionárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Permissionárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Concessionárias/ permissionárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1.524,37</b>	<b>48,97</b>	<b>-</b>	<b>1.573,34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.573,34</b>	<b>1.242,42</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
  - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
  - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
  - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2019, importavam em: 351,52 R\$/MIL.

## 7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2019	2018
Em Serviço Societário	179,59	227,05
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	200,47	113,44
Ativo Intangível da Concessão	4.620,77	4.511,93
Ativo Intangível em Curso	588,95	673,49
Reavaliação Regulatória Compulsória	8.104,72	8.688,74
<b>Sob Total</b>	<b>13.694,50</b>	<b>14.214,65</b>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-7,62	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>-7,62</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>13.686,88</b>	<b>14.214,65</b>

<b>Ativo Imobilizado Societário</b>	<b>179,59</b>	<b>227,05</b>
<b>Ativo Imobilizado Regulatório</b>	<b>13.686,88</b>	<b>14.214,65</b>

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

### • Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
<b>Intangíveis</b>				
Em Serviço	4.810,46	-189,69	4.620,77	4.511,93
Em Curso	588,95		588,95	673,49
<b>Total</b>	<b>5.399,41</b>	<b>-189,69</b>	<b>5.209,72</b>	<b>5.185,42</b>

## 8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2019, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

<b>Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transf-erencias</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>CVA Ativa</b>	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>19,67</b>	<b>678,36</b>	<b>(215,62)</b>	<b>4,76</b>	<b>55,31</b>	<b>542,48</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	19,67	67,18	-	4,76	(82,84)	8,77
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	-	611,18	(215,62)	-	138,15	533,71
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>19,67</b>	<b>678,36</b>	<b>(215,62)</b>	<b>4,76</b>	<b>55,31</b>	<b>542,48</b>

<b>Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transf-erencias</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>CVA Ativa</b>	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-

<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>151,73</b>	<b>542,83</b>	<b>(80,22)</b>	<b>32,99</b>	<b>(245,18)</b>	<b>402,15</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	151,73	355,01	(80,12)	32,99	(245,37)	214,24
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	-	187,82	(0,10)	-	0,19	187,91
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>151,73</b>	<b>542,83</b>	<b>(80,22)</b>	<b>32,99</b>	<b>(245,18)</b>	<b>402,15</b>

## 9 Fornecedores

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
COPEL Distribuição S. A.	1.095,90	1.032,13
Proinfa	0,00	0,00
<b>Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica</b>	<b>1.095,90</b>	<b>1.032,13</b>
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Materiais e Serviços	75,95	24,49
<b>Sub Total - Materiais e Serviços</b>	<b>75,95</b>	<b>24,49</b>
<b>Total</b>	<b>1.171,85</b>	<b>1.056,62</b>

## 10 Empréstimos e Financiamentos

	<b>Legislação societária</b>				
	<b>Principal</b>	<b>Circulante Encargos</b>	<b>Longo prazo</b>	<b>Total</b>	
			<b>Principal</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Moeda estrangeira</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Moeda Nacional</b>					

COOP. INFRAESTRUTURA CASTROLANDA - ELETRORURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	32,98
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32,98</b>

**Obs.: A CASTRO - DIS não possui saldo devedor em 2019 em nenhuma instituição financeira.**

## 11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2019 e 2018.

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	211,49	65,01
Taxa de fiscalização – ANEEL	1,07	0,00
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	167,52	105,25
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>380,08</b>	<b>170,26</b>

## 12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERAL - DIS possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de R\$ 18,27 (Reais/Mil) compradas para ativo imobilizado em 48 avos.

## 13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CASTRO - DIS no exercício de 2019 e anteriores.

## 14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2019			2018		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
<b>Trabalhistas</b>						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	104,32	104,32	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Cíveis</b>						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fiscais</b>						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**OBS: Não houve neste exercício nenhuma contingência a ser provisionada em 2019. Apenas tivemos a reversão de uma provisão trabalhista lançada indevidamente na conta.**

## 15 Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 61,70 (Reais/mil), sendo composto conforme quadro abaixo:

<b>Cotistas</b>	<b>%</b>	<b>Cotas</b>
Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda	9,56%	5.900
Jan Haasjes	1,94%	1.200
Albertus Frederik Wolthers	1,94%	1.200
Hendrik de Boer	1,62%	1.000
Roberto Meindert Borg	1,13%	700
Jan Johannes de Boer	0,81%	500
Pedro Irineu Teider	0,32%	200
Hendrikus Salomons	0,32%	200
Hermannus Gerrit Morsink	0,16%	100
Demais Cooperados ( n° de 298)	82,17%	50.700
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.700</b>

### **Reserva de Capital e Reserva de Sobras**

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

#### **Reservas de Sobras**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Reserva legal	2.084,18	1.975,41
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	3.551,32	3.512,57
Reservas Estatutárias	3.002,19	3.002,19
	<b>8.637,69</b>	<b>8.490,17</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	807,76	13,74
Reservas de capital	0,00	0,00
Capital social	61,70	39,50
<b>Sub Total</b>	<b>869,46</b>	<b>53,24</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>9.507,15</b>	<b>8.543,41</b>

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

#### **Ajustes de Exercícios Anteriores**

Durante o exercício de 2019 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

## 16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2019, em virtude do resultado negativo apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

## 17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>618</b>	<b>616</b>	<b>41.793,06</b>	<b>6.479,13</b>	<b>15.962,50</b>	<b>2.456,23</b>
Residencial	154	155	660,62	95,30	328,66	47,02
Industrial	4	4	17.741,00	2.714,08	8.597,55	1.331,59
Comercial	98	97	3.041,88	509,36	1.621,90	264,47
Rural	356	356	19.964,91	3.098,19	5.329,15	799,38
Poder público	1	1	22,83	4,03	8,12	1,42
Iluminação pública	3	1	319,76	50,80	64,04	10,15
Serviço público	2	2	42,06	7,37	13,08	2,20
<b>Suprimento Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-	<b>6.312,74</b>	-

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

## 18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2019 e 2018 a CASTRO - DIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

## 19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2019	2018	Reais Mil	
			2019	2018
COPEL Distribuição	43.322,73	6.924,83	9.028,06	1.549,44
Microgeração	208,34	25,99	51,84	6,07
PROINFA	806,68	-	314,85	-
<b>Total</b>	<b>44.337,75</b>	<b>6.950,82</b>	<b>9.394,75</b>	<b>1.555,51</b>

## 20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
<b>Pessoal</b>						
Remunerações	0,00	0,00	777,14	105,30	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	294,62	57,69	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	9,69	0,63	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	-45,03	0,00	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	217,76	34,60	0,00	0,00
<b>Total Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.254,18</b>	<b>198,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Material</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95,82</b>	<b>12,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>418,87</b>	<b>88,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Arrendam. e Aluguéis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Deprec. e Amortização</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>338,78</b>	<b>56,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Provisões</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Provisões (PDD)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outras</b>						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	9.394,75	1.555,51	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	6,78	-2,28	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	1.441,48	683,68	0,00	0,00
<b>Total Outras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.843,01</b>	<b>2.236,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.952,70</b>	<b>2.592,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						2019	2018
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	20,76	0,00	0,00	20,76	5,74	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20,76</b>	<b>5,74</b>	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20,76</b>	<b>5,74</b>	

## 22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2019	2018
<b>Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>965,15</b>	<b>70,40</b>
Ajustes Lalur	-948,81	-66,07
<b>Base de Calculo Fiscal</b>	<b>16,34</b>	<b>4,33</b>
IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Juridica - 15%	2,45	0,65
Adicional IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Juridica - 10%	0,00	0,00
CSLL - Contribuição Social - 9%	1,47	0,39
<b>Efeitos Fiscais Sobre:</b>		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
<b>Imposto de Renda no Resultado</b>	<b>2,45</b>	<b>0,65</b>
<b>Contribuição Social no Resultado</b>	<b>1,47</b>	<b>0,39</b>

## 23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2019.

## 24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CASTRO - DIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Odontológicos (Convênio com a UNIMED), totalizando R\$ 227,45 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2019.

## 25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

		Legislação societária		
		2019	2018	
<u>Parte Relacionada</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>R\$/mil</u>	<u>R\$/mil</u>
CASTROLANDA - COOP. AGROIND. LTDA	CONTA CORRENTE		0,83	0,80
COOP. CREDITO RURAL C. GERAIS - SICREDI	CONTA CORRENTE		1,15	0,09

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2019	2018
Remuneração	73,65	0,00
Encargos	20,44	0,00
<b>Total</b>	<b>94,09</b>	<b>0,00</b>

## 26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2019 e 2018, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2019, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

## 27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CASTRO - DIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2019 e 2018.

## 28 Seguros

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - CASTRO-DIS , nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

## **Veículos**

A avaliação dos veículos atende a publicações da FIPE no estado de Santa Catarina, sendo a base para indenização de sinistro quando ocorrer perda total.

## **29 Eventos Subsequentes**

### **29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4**

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do

Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Neste sentido, de imediato, contratamos Consultoria Especializada no Setor (NSS) e já estamos alimentando os dados solicitados pela SGT/ANEEL (Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL) para o estudo e formação da Tarifa Inicial, que, em seguida, resultará na convocação para assinatura do Contrato de Permissão.

Os efeitos destes procedimentos já foram sentidos em 2018, onde o Cooperado como proprietário da Empresa, e, Cooperado e Não Cooperado como Consumidor, receberam a garantia de um trabalho eficiente, com transparência, qualidade, regularidade, tarifas módicas, remuneração adequada.

Em 2018 no mês de setembro assinamos o Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, Resolução Homologatória nº 2.447, de 30 de outubro de 2018 sendo homologado as nossas tarifas iniciais.

## **29.2) Índices de Continuidade Coletivos e Individuais**

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2019:

Limites Regulatórios: Para o exercício 2019, conforme cronograma de contrato de permissão Castro-Dis, foi apurado e enviado mensalmente para a ANEEL os indicadores de continuidade coletivos e individuais, sem estar sujeito a penalidade; pois não havia limite definido pela ANEEL.

Realizado: DEC 9,88 e FEC 9,25

Envidamos todos nossos esforços, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

### **29.3) Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018**

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CASTRO-DIS;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CASTRO-DIS;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- d) etc.

Em 2019 os efeitos deste decreto trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

### **29.4) Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.**

A CASTRO-DIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CASTRO-DIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

### **29.5) Perdas Regulatórias e Realizadas**

No exercício de 2019 a CASTRO-DIS contabilizou 5,74% de Perdas Técnicas. Durante o ano de 2020, a CASTRO-DIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

### **29.6) Efeitos do Corona Vírus (Covid 19) nas Demonstrações Financeiras**

Conforme determinação do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, sendo do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, atendendo determinações da ANEEL, destaca abaixo que:

Mesmo sendo nossa área de Concessão pequena e do interior, entendemos que os 4 meses do ano de 2020 em que o Ministério da Saúde prevê que se dará o ápice da PANDEMIA será de grande relevância para os resultados econômicos e financeiros, uma vez que, mesmo que a Energia continuará a ser utilizada nas residências, mas já se vislumbra grande desaquecimento

industrial, e lockdown no comércio, que certamente trarão, no primeiro momento baixa de fluxo de caixa, e, no segundo momento deverá trazer frustração de faturamento nos meses subsequentes, neste efeito subsequente, nossa administração preocupa-se com:

- 1) Impacto na aquisição de energia junto à Supridora, cujos limites contratuais restringem-se em possibilidades de variação de 90% a 110%, e, que, neste ano, entendemos ser necessário flexibilização maior. Procuraremos resguardo do Órgão Regulador nesta regra;
- 2) Adicionalmente, à compra de energia, temos a contratação da demanda de conexão, que, em caso de haver prolongamento da crise, também precisará ter tratamento especial para sob recontrações; e,
- 3) Por fim, a CASTRO-DIS esclarece para toda a sociedade, associados, Órgão Regulador e demais partes interessadas que estará seguindo rigorosamente as orientações do Ministério da Saúde, e, que compreende o grande desafio em que se encontra, de cuidar de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, atender bem aos seus consumidores, uma vez que se trata de atividade essencial.

### **29.7) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico. Está prevista a apresentação das mudanças em maio de 2020 para início de vigência em janeiro de 2021.

A CASTRO-DIS mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas, e, ao mesmo tempo, mensurar seus efeitos aos Srs. Associados.

## **30 Balanço Social**

### **Recursos Humanos**

Em 2019, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – Castro - DIS, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

### **Responsabilidade Social**

#### **Educação**

A CASTRO-DIS incentiva o programa da educação continuada, em 2019 contribuiu através do FATES com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes e cursos de ensino superior que teve relação direta com o ramo de atuação da Cooperativa.

**CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuicao de Energia Eletrica de Castro**  
**CNPJ no 30.460.297/0001-39**  
**Demonstração do Balanço Social - 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	2019			2018		
	R\$ mil			R\$ mil		
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)			13.804,88			2.619,02
Lucro Operacional (LO)			744,10			25,39
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.377,85			198,21
			<b>% sobre</b>			<b>% sobre</b>
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>						
	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	9,69	0,70%	0,07%	0,69	0,35%	0,03%
Encargos sociais compulsórios	294,62	21,38%	2,13%	57,69	29,11%	2,20%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	114,72	8,33%	0,83%	19,34	9,76%	0,74%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	5,42	0,39%	0,04%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,28	0,09%	0,01%	3,20	1,61%	0,12%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,02	0,22%	0,02%	0,15	0,08%	0,01%
Outros Benefícios	93,32	6,77%	0,68%	11,85	5,98%	0,45%
<b>Total</b>	<b>522,07</b>	<b>37,89%</b>	<b>3,78%</b>	<b>92,92</b>	<b>46,88%</b>	<b>3,55%</b>
			<b>% sobre</b>			<b>% sobre</b>

### 3 - Indicadores sociais externos

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	13,94	1,87%	0,10%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total de contribuições para a sociedade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos - excluídos encargos sociais	3.018,97	405,72%	21,87%	468,53	1845,33%	17,89%
<b>Total</b>	<b>3.018,97</b>	<b>405,72%</b>	<b>21,87%</b>	<b>468,53</b>	<b>1845,33%</b>	<b>17,89%</b>

% sobre

% sobre

### 4 - Indicadores ambientais

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

2019

2018

<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>	<b>em unidades</b>	<b>em unidades</b>
<b>Empregados no final do período</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
<b>Escolaridade dos empregados</b>		
Superior e extensão universitária	6	5
Ensino médio	5	5
Ensino fundamental	1	1
<b>Faixa etária dos empregados</b>		
Abaixo de 30 anos	1	2
De 30 até 45 anos (exclusive)	6	5
Acima de 45 anos	5	4
<b>Admissões durante o período</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
<b>Negros que trabalham na empresa</b>		
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
<b>Portadores de deficiência física</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dependentes</b>	<b>26</b>	<b>24</b>
<b>Estagiários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	<b>11,04</b>	<b>7,72</b>
Maior remuneração	15	9,98133
Menor remuneração	1,35828	1,2936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 31 Análise Econômico-Financeira

### 31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERAL - DIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, sendo que, ao término do exercício de 2019, auferimos os seguintes resultados:

**Receita Anual** – A Receita Operacional Líquida de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 13.804,88 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 427,10% que foi de R\$ 2.619,02 (Reais/mil).

**Número de Consumidores** – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2019, foi de 618, já em 2018 foi de 616 ocasionando um aumento de 0,32% em relação ao ano anterior.

**Despesas com Pessoal** – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2019, montaram em R\$ 1.254,18 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 198,22 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 532,72 % em relação ao ano anterior.

**Custos Gerenciáveis da Parcela B** – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2019, foram de R\$ 1.964,98 (Reais/mil), superior em 151,25% ao ano anterior que foi de R\$ 782,08 (Reais/mil).

**Receita (Despesa) Financeira** – O Resultado Financeiro no exercício de 2019 importou em R\$ 221,06 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2018, o Resultado Financeiro foi de (R\$ 4,89) (Reais/mil).

### 31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2019	2018
<b>1. Liquidez</b>				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	2,50	2,68
Seca	(AC - E) / PC	R\$	2,48	2,66
Absoluta	AD / PC	R\$	1,44	1,80
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	4,63	5,75
<b>2. Lucratividade</b>				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	5,09	0,63
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	3,92	0,78
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	5,07	0,60
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	1.557,91	49,27
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	10,11	0,23
<b>3. Rentabilidade</b>				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	7,93	0,19

#### 4. Endividamento

Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	21,58	17,40
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	78,42	82,60

#### 5. Investimentos

Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	1,48	52,33
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00

#### 6. Garantias

Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	8.734,70	574,81
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	291,07	13.702,46

#### 7. Capital de Giro Próprio

Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	3,90	3,02
-----------------	---------------------	-----	------	------

### Valores Expresso em Reais Mil

#### \* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônioal
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônioal
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

### 32 Créditos Fiscais

Data	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2019	Imposto de Renda	39,16	0,00	39,16
Exercício de 2019	Contribuição Social	6,99	0,00	6,99
Exercício de 2019	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	6,75	18,27	25,02
Exercício de 2019	Outros Impostos Federais	0,54	0,00	0,54
<b>Total Geral</b>				<b>71,71</b>

A CASTRO - DIS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

### 33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CASTRO – DIS, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

#### **34 Energia Livre**

A CASTRO - DIS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a COPEL Distribuição S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

#### **35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda**

A CASTRO – DIS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

#### **36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)**

A CASTRO-DIS assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e conseqüentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL 2.477 de 30 de outubro de 2018, não existindo, desta forma a figura do diferimento de tarifa.

#### **37 Revisão Tarifária Periódica**

A CASTRO-DIS assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e conseqüentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL 2.477 de 30 de outubro de 2018, sendo que nossa Revisão Tarifária Periódica deverá ocorrer no ano de 2022.

#### **38 Ganhos Contingentes**

A CASTRO – DIS não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

#### **39 Investimento Remunerável**

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o

qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.477, de 30/10/2018, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	3,37%	XX%	XX%
	Revisão 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.535,48	21.227,53	-	-
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.562,17	1.614,82	-	-
<b>(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)</b>	<b>18.973,31</b>	<b>19.612,71</b>	-	-
(5) Depreciação Acumulada	7.533,06	7.786,92	-	-
<b>(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)</b>	<b>13.002,42</b>	<b>13.440,61</b>	-	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	122,58	126,71	-	-
(9) Almocharifado em Operação	61,61	63,68	-	-
<b>(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)</b>	<b>13.186,61</b>	<b>13.631,00</b>	-	-
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	-	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	758,93	784,51	-	-
<b>(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC</b>	<b>497,14</b>	<b>513,89</b>	-	-

#### 40 Reajuste Tarifário

Nossas tarifas até o exercício de 2017 eram administradas pelo Conceito Cooperativista de apuração de Sobras e Perdas, que regulavam a necessidade tarifária e sua efetiva distribuição entre as classes. Durante o exercício de 2018 assinamos o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, e, então, a partir de 2019, temos os processos de Reajuste Tarifário similar às demais Permissionárias do País, na data do aniversário Contratual, e, através de processo conduzido pela SGT (Superintendência de Gestão Tarifária) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

#### 41 Fusões, Cisões e Incorporações

O Patrimônio da CASTRO – DIS decorre de Cisão, evento ocorrido em 2018, momento em que os ativos relacionados a energia elétrica foram transferidos da Cooperativa de Infraestrutura Castrolanda – ELETRORURAL para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme determina contrato de permissão nº 06/2018

#### 42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2018 e 2019 não houveram necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CASTRO-DIS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado.

#### 43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 1.303,94 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2019 foram utilizados as seguintes contas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	961,23	19,46
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,01	0,01
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	3,92	1,04
Depreciação e Amortização	338,78	56,25
	<b>1.303,94</b>	<b>76,76</b>

#### 44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

#### BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2019

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
-----------	------	-------------	--------------------	------------	--------------------	--------

<b>Ativos</b>						
<b>Ativo circulante</b>	<b>6.512,79</b>	<b>-</b>	<b>6.512,79</b>	<b>-</b>	<b>6.512,79</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.757,10	-	3.757,10	-	3.757,10	
Consumidores	1.604,54	-	1.604,54	-	1.604,54	
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	
Serviços em curso	-	-	-	-	-	
Tributos compensáveis	53,44	-	53,44	-	53,44	
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-	
Almoxarifado operacional	42,50	-	42,50	-	42,50	
Investimentos temporários	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	
Ativos financeiros setoriais	542,48	-	542,48	-	542,48	
Despesas pagas antecipadamente	30,07	-	30,07	-	30,07	
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	
Outros ativos circulantes	482,66	-	482,66	-	482,66	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>13.714,75</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>5.610,03</b>	<b>-</b>	<b>5.610,03</b>	
Consumidores	-	-	-	-	-	
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	
Serviços em curso	-	-	-	-	-	
Tributos compensáveis	18,27	-	18,27	-	18,27	
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-	
Investimentos temporários	1,98	-	1,98	-	1,98	
Empréstimos	-	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-	
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	
Outros ativos não circulantes	-	200,47	200,47	(200,47)	-	
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	
Imobilizado	13.625,37	(13.445,78)	179,59	5.341,06	5.520,65	
Intangível	69,13	5.140,59	5.209,72	(5.140,59)	69,13	
<b>Total do ativo</b>	<b>20.227,54</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>12.122,82</b>	<b>-</b>	<b>12.122,82</b>	
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.608,05</b>	<b>-</b>	<b>2.608,05</b>	<b>-</b>	<b>2.608,05</b>	
Fornecedores	1.171,85	-	1.171,85	-	1.171,85	

Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	204,07	-	204,07	-	204,07
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	308,66	-	308,66	-	308,66
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	380,08	-	380,08	-	380,08
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	402,15	-	402,15	-	402,15
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	141,24	-	141,24	-	141,24
<b>Passivo não circulante</b>	<b>7,62</b>	<b>-</b>	<b>7,62</b>	<b>-</b>	<b>7,62</b>
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,62	-	7,62	-	7,62
<b>Total do passivo</b>	<b>2.615,67</b>	<b>-</b>	<b>2.615,67</b>	<b>-</b>	<b>2.615,67</b>

<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	61,70	-	61,70	-	61,70
Reservas de capital	(538,06)	538,06	-	-	-
Outros resultados abrangentes	8.104,72	(8.104,72)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-

(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	8.637,69	-	8.637,69	-	8.637,69
Sobras à disposição da Assembleia	1.345,82	(538,06)	807,76	-	807,76
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.611,87</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>9.507,15</b>	<b>-</b>	<b>9.507,15</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>20.227,54</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>12.122,82</b>	<b>-</b>	<b>12.122,82</b>

### DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2019

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
<b>Operações em continuidade</b>						
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>17.700,57</b>	<b>1.262,44</b>	<b>18.963,01</b>	<b>-</b>	<b>18.963,01</b>
Fornecimento de energia elétrica		9.746,68	-	9.746,68	-	9.746,68
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.312,74	-	6.312,74	-	6.312,74
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(60,22)	-	(60,22)	-	(60,22)
Serviços cobráveis		1,18	-	1,18	-	1,18
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.700,19	-	1.700,19	-	1.700,19
Outras receitas vinculadas		-	1.262,44	1.262,44	-	1.262,44
<b>Tributos</b>		<b>(3.012,19)</b>	<b>-</b>	<b>(3.012,19)</b>	<b>-</b>	<b>(3.012,19)</b>
ICMS		(3.003,22)	-	(3.003,22)	-	(3.003,22)
PIS-PASEP		(1,60)	-	(1,60)	-	(1,60)
Cofins		(7,37)	-	(7,37)	-	(7,37)
ISS		-	-	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(2.145,96)</b>	<b>-</b>	<b>(2.145,96)</b>	<b>-</b>	<b>(2.145,96)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.574,37)	-	(1.574,37)	-	(1.574,37)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(13,72)	-	(13,72)	-	(13,72)

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(557,87)	-	(557,87)	-	(557,87)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>12.542,42</b>	<b>1.262,44</b>	<b>13.804,86</b>	<b>-</b>	<b>13.804,86</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>-</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>-</b>	<b>(9.394,75)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(9.079,90)	-	(9.079,90)	-	(9.079,90)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(314,85)	-	(314,85)	-	(314,85)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-
<b>Combustíveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.147,67</b>	<b>1.262,44</b>	<b>4.410,11</b>	<b>-</b>	<b>4.410,11</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(2.941,64)</b>	<b>(724,38)</b>	<b>(3.666,02)</b>	<b>-</b>	<b>(3.666,02)</b>
Pessoal e administradores (inclui 123,66 de remuneração a administradores)	(1.377,85)	-	(1.377,85)	-	(1.377,85)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(95,82)	-	(95,82)	-	(95,82)
Serviços de terceiros	(418,87)	-	(418,87)	-	(418,87)
Arrendamento e aluguéis	(2,04)	-	(2,04)	-	(2,04)
Seguros	(20,06)	-	(20,06)	-	(20,06)
Doações, contribuições e subvenções	(13,94)	-	(13,94)	-	(13,94)
Provisões	-	-	-	-	-
Recuperação de despesas	0,21	-	0,21	-	0,21
Tributos	(6,78)	-	(6,78)	-	(6,78)
Depreciação e amortização	(876,84)	538,06	(338,78)	-	(338,78)
Gastos diversos da atividade vinculada	(21,57)	(1.262,44)	(1.284,01)	-	(1.284,01)
Outras Receitas Operacionais	4,22	-	4,22	-	4,22
Outras Gastos Operacionais	(112,30)	-	(112,30)	-	(112,30)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>206,03</b>	<b>538,06</b>	<b>744,09</b>	<b>-</b>	<b>744,09</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>221,06</b>	<b>-</b>	<b>221,06</b>	<b>-</b>	<b>221,06</b>
Despesas financeiras	(20,76)	-	(20,76)	-	(20,76)
Receitas financeiras	241,82	-	241,82	-	241,82
<b>Operações com não Associados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-948,81</b>	<b>-948,81</b>

Resultado de operações com não associados		-	-	-	(948,81)	(948,81)
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>427,09</b>	<b>538,06</b>	<b>965,15</b>	<b>(948,81)</b>	<b>16,34</b>
Despesa com impostos sobre os lucros		(3,92)	-	(3,92)	-	(3,92)
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>		<b>423,17</b>	<b>538,06</b>	<b>961,23</b>	<b>(948,81)</b>	<b>12,42</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas			-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>423,17</b>	<b>538,06</b>	<b>961,23</b>	<b>(948,81)</b>	<b>12,42</b>
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação</b>		<b>6,86</b>	<b>8,72</b>	<b>15,58</b>	<b>(15,38)</b>	<b>0,20</b>
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		6,86	8,72	15,58	(15,38)	0,20
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2019**

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Reservas de Sobras</b>	<b>Sobras/Perdas a disposição da Assembléia</b>	<b>Recursos destinados a aumento de capital</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>39,50</u>	-	-	-	0,00	8.490,16	13,75	-	<b>8.543,41</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	22,20	-	-	-	-	-	-	-	22,20
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	0,34	-	-	-	0,34
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	950,30	-	950,30
Reserva legal	-	-	-	-	-	108,77	(108,77)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(8,62)	38,76	(47,52)	-	(17,38)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	8,28	-	-	-	8,28
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>61,70</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>8.637,69</b>	<b>807,76</b>	-	<b>9.507,15</b>

#### 45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CASTRO-DIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2019, o saldo de 351,52 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,30	1,37	-1,14	0,53
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	258,42	1.563,86	-1.471,29	350,99
				351,52

#### 46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Em Serviço</b>			
<b>Participação da União, Estados e Municípios</b>			
<b>Participação Financeira do Consumidor</b>	<b>(5,56)</b>	<b>0,09</b>	<b>(5,47)</b>
Data de aquisição: 01/05/2019	(3,73)	0,08	(3,65)
Data de aquisição: 01/12/2019	(1,83)	0,01	(1,82)
<b>Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido</b>	<b>(2,21)</b>	<b>0,06</b>	<b>(2,15)</b>
Data de aquisição: 01/05/2019	(2,21)	0,06	(2,15)
<b>Programa de Eficiência Energética - PEE</b>			
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>			
<b>Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica</b>			
<b>Valores Pendentes de Recebimento</b>			
<b>Valores Não Aplicados</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Ultrapassagem de demanda</b>			
<b>Excedente de reativos</b>			
<b>Diferença das perdas regulatórias</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Total</b>	<b>(7,77)</b>	<b>0,15</b>	<b>(7,62)</b>

#### **47 Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2020 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

**PEDRO IRINEU TEIDER**  
Diretor Presidente

**TATEKI KANJO KOJIMA**  
Gerente

**PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA**  
Contador

## **7 - Parecer do Conselho Fiscal**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores, Consumidores e Associados da  
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – Castro-Dis  
Castro – Paraná


Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, no exercício de nossas funções estatutárias, após minucioso exame do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2019 e também das Contas de Resultado, chegamos à conclusão de que estes resultados espelham a real situação da Cooperativa, podendo ser recomendado à Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação.

Castro/PR, 16 de abril de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
Frederik de Jager

  
\_\_\_\_\_  
Ricardo Geraldo Leffers

  
\_\_\_\_\_  
Bernard Willem Bouwman

  
\_\_\_\_\_  
Ronald Rabbers

## **8 - Parecer dos Auditores Independentes**

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

## **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**

Castro - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 13 de Março de 2020.



---

**Hermenegildo João Vanoni**

Sócio Responsável

Contador–CRC-SC 14.874/O-7 “S” PR

**AUDICONSULT Auditores S/S**

CRC-SC 4.012 “S” PR

## **9-Relatório da Administração Regulatório**

## **9 Relatório da Administração Regulatório**

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

## Carta do Presidente

O ano de 2018 constituiu um marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS. Detém a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-ANEEL.

A CASTRO-DIS foi fundada sob a égide da lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. O artigo 23 da citada Lei, preconizava a estruturação das cooperativas de eletrificação rural como empresa regulamentada em conformidade com os ditames legais, passando estas a serem distribuidoras de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2019, esta Permissionária já se encontra no segundo ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2019, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.273 de 18 de julho de 2017 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em seu bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CASTRO-DIS, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico interno, continuamos fazendo os serviços normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção de redes em geral e manutenção preventiva de religadores.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2019.

A administração agradece aos seus associados pela confiança e apoio recebido no decorrer de 2019, também agradece aos colaboradores do setor administrativo, técnico, aos prestadores de serviços, os quais sempre encontram força e energia para manter a confiabilidade e bom andamento da atividade aos associados e consumidores; e ainda às autoridades Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e Instituições de Crédito pelo apoio recebido.

Aos familiares de nossos associados que por motivo de falecimento não mais prosseguem junto a nós, os nossos sinceros sentimentos.

E a DEUS elevamos toda a nossa gratidão por todas as oportunidades oferecidas, que certamente proporcionaram dias melhores a todos, sempre motivados pelo espírito cooperativista.

**PEDRO IRINEU TEIDER**

**Diretor Presidente.**

## **Carta do Contador**

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2019, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CASTRO-DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

**PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA**

**Contador**

**CRC – PR 029.526/O-8**

## Cenário

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de vários anos de existência.

A CASTRO-DIS, concluiu a implantação do Sistema de Gestão para NBR ISO 9001:2015. Ela foi certificada no dia 11 de dezembro de 2019 com validade até 10 de dezembro de 2022 sob o número de Registro do Certificado TNBR-25677. Implantou e utiliza sistema de acordo com a norma para coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica, tratamento de reclamação de consumidores e padrões de atendimento comercial, na área de permissão.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

## Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

**Ligação de consumidores** - foram realizadas no ano 3 novas ligações sendo 2 de iluminação pública, 1 comercial e 01 desligamento residencial, totalizando 618 consumidores atendidos pela Permissionária, número 0,32% superior ao de 2018\*.

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

### Número de Consumidores

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	-	-	-	155	154
Comercial	-	-	-	97	98
Industrial	-	-	-	4	4
Rural	-	-	-	356	356
Poderes Públicos	-	-	-	1	1
Iluminação Pública	-	-	-	1	3
Serviço Público	-	-	-	2	2
<b>Total</b>	-	-	-	<b>616</b>	<b>618</b>
<b>Variação</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,32%</b>

**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 41,78 GWh (6,48 GWh em 2018\*).

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 47,77% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 543,87% em relação ao ano de 2018. A classe industrial representa 42,46% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 554,61% em relação ao ano de 2018. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

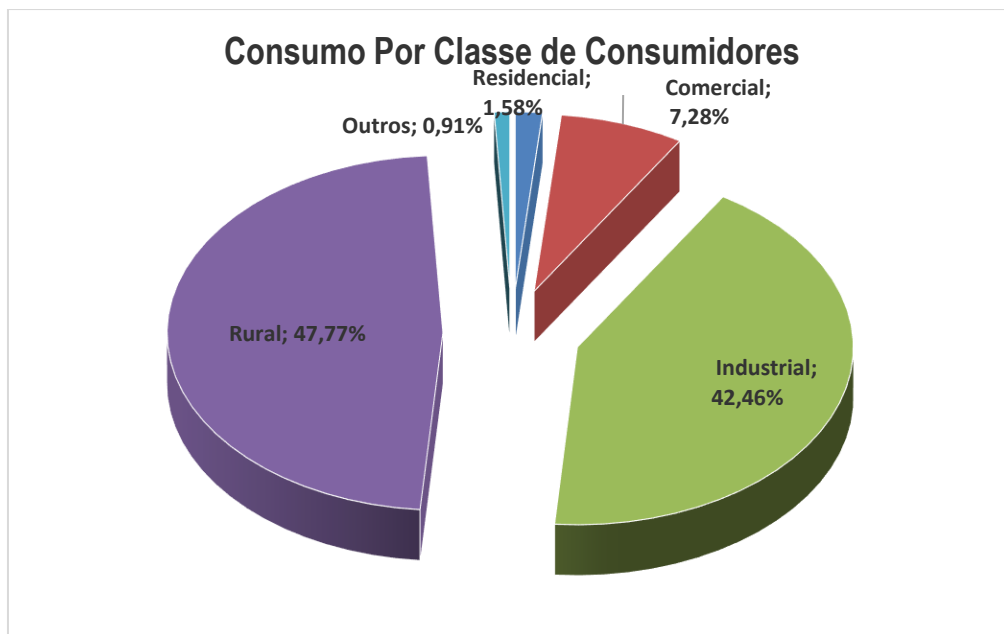
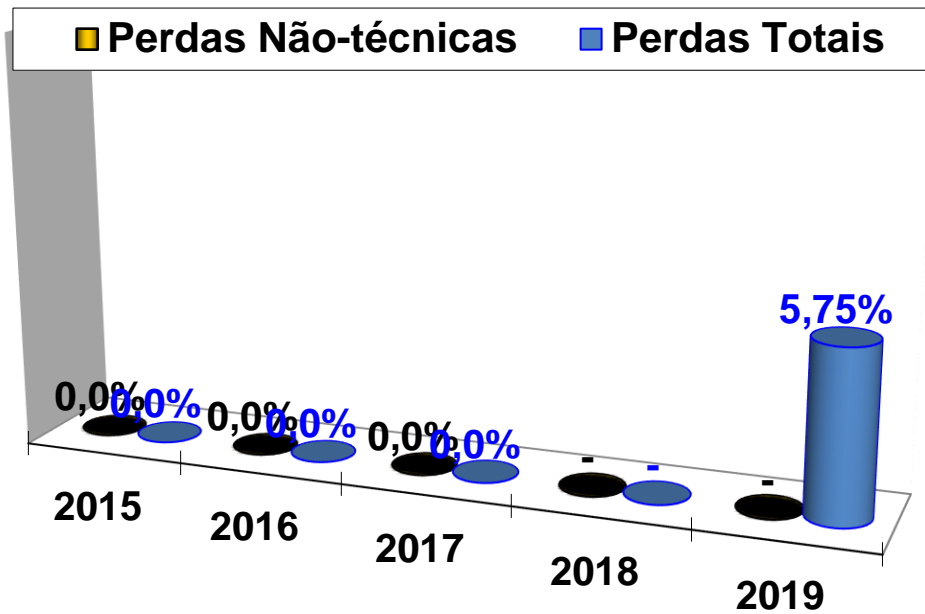
### Mercado Atendido

<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Energia Faturada</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
Fornecimento	-	-	-	6,48	41,79
Residencial	-	-	-	0,10	0,66
Comercial	-	-	-	0,51	3,04
Industrial	-	-	-	2,71	17,74
Rural	-	-	-	3,10	19,97
Poderes Públicos	-	-	-	0,00	0,02
Iluminação Pública	-	-	-	0,05	0,32
Serviço Público	-	-	-	0,01	0,04
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
<b>Variação</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>545,31%</b>

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Venda de Energia	-	-	-	6,48	41,79
- Fornecimento	-	-	-	6,48	41,79
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>41,79</b>
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição				-	2,55
Perdas Técnicas				-	2,55
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-	-
<b>Perdas Totais - PT</b>	-	-	-	-	<b>2,55</b>
PT / Energia Requerida %	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-	<b>5,75%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	<b>6,48</b>	<b>44,34</b>

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

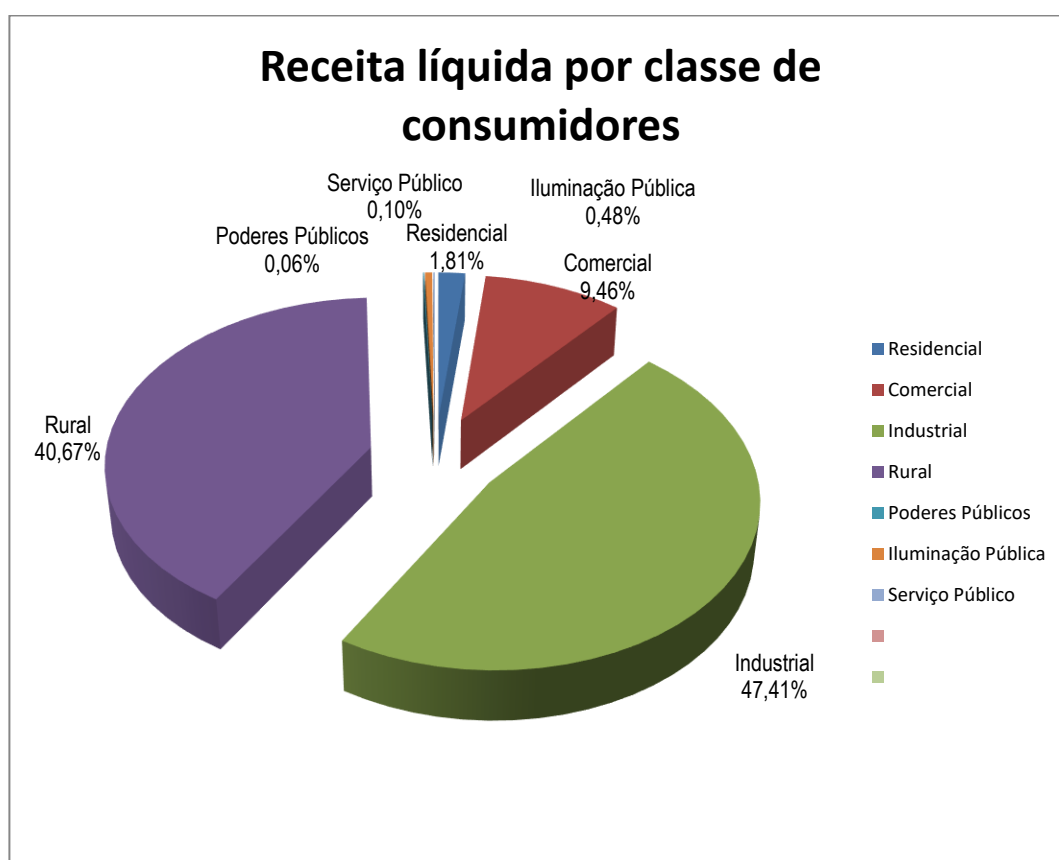


**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 12.380,42 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2019	2018	%
Residencial	224,20	32,56	588,57%
Comercial	1.171,21	194,02	503,65%
Industrial	5.869,62	914,67	541,72%
Rural	5.035,64	768,86	554,95%
<b>Outros</b>	<b>79,75</b>	<b>13,23</b>	<b>1457,18%</b>
Poderes Públicos	7,76	1,38	462,32%
Iluminação Pública	59,60	9,72	513,17%
Serviço Público	12,39	2,13	481,69%
<b>Total</b>	<b>12.380,42</b>	<b>1.923,34</b>	<b>543,69%</b>

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão



**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 0,32 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2019	2018	Var %

Residencial	154	155	-0,65%
Comercial	98	97	1,03%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	356	356	0,00%
<b>Outros</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>200,00%</b>
Poderes Públicos	1	1	0,00%
Iluminação Pública	3	1	200,00%
Serviço Público	2	2	0,00%
<b>Total</b>	<b>618</b>	<b>616</b>	<b>0,32%</b>

**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento residencial de energia elétrica em dezembro de 2019 atingiu R\$ 339,38, por meio da Resolução ANEEL no de 2.583 de 23 / 07 / 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	339,38
Comercial	385,03
Industrial	330,85
Rural	252,22

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,1021	0,17504	0,26255	0,29173

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
<b>2018</b>	0,00	0,00	0,00
<b>2019</b>	9,88	9,25	35,05

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão

**Atendimento ao consumidor** – Para manter o padrão de atendimento e dando sequencia ao processo de melhoria no atendimento ao consumidor, implantamos no final do ano de 2019 uma central telefônica digital com sistema de Unidade de Resposta Audível (URA) para registros, facilitar a comunicação e acesso à informação aos nossos consumidores

## Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização e para atuar efetivamente como prestador de serviço público, a CASTRO-DIS continua aperfeiçoando o sistema comercial, administrativo e de gestão interna, contando com novas ferramentas de trabalho e banco de dados, mais eficientes, seguras e eficazes. Conta também com

equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde, equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Destaque para aquisição de pacote de internet corporativo com fibra óptica para atender as necessidades e respostas rápidas no sistema de comunicação.

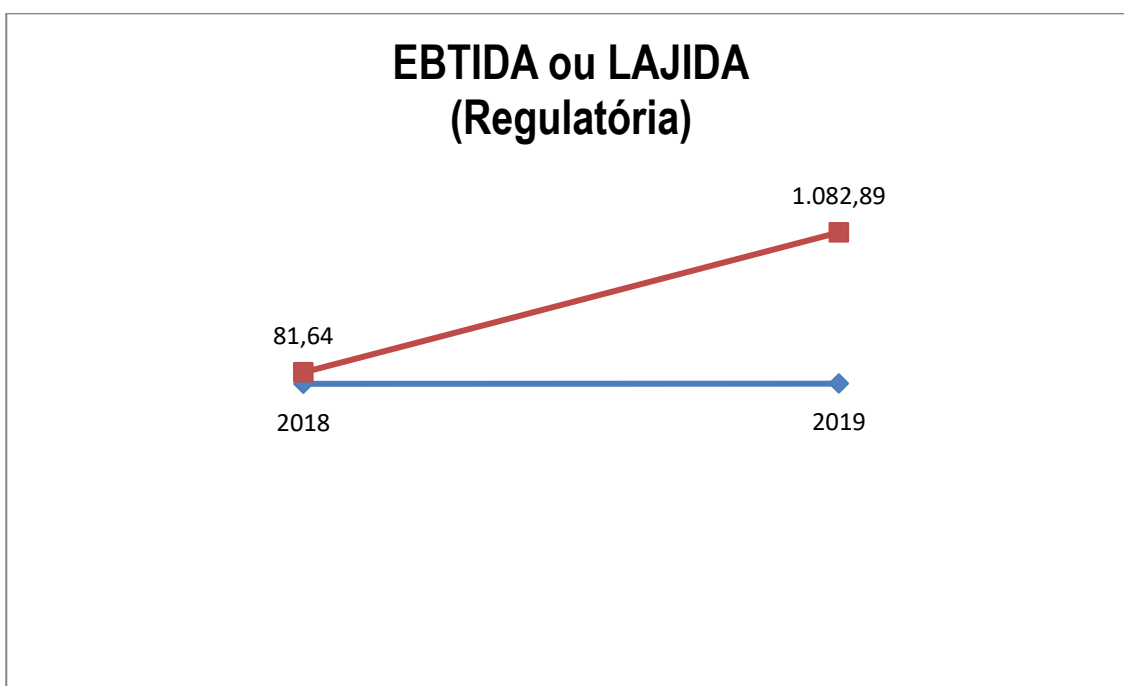
## Desempenho econômico-financeiro

Em 2019, as sobras líquidas foram de R\$ 423,17 mil, contra R\$ (70,40) mil em 2018, um aumento de 601,09%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 12.542,43 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 1.945,53 mil. Esse aumento de 544,68% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos do último reajuste tarifário para o ciclo 2019/2020 que foi de 10,00%. Também temos a questão da Cisão da Empresa e da assinatura do Contrato de Permissão na qual temos contabilizados os períodos de 11 e 12/2018 apenas.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 12.228,31 mil, 508,86% superiores em relação à 2018, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 1.152,75% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 1,30% contra 0,41% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.082,89 mil, superior em 1.226,42% a 2018, que foi de R\$ 81,64 mil, conforme evolução abaixo:

\* 2018 possui dados de apenas 2 meses devido a Cisão da empresa e assinatura do Contrato de Permissão



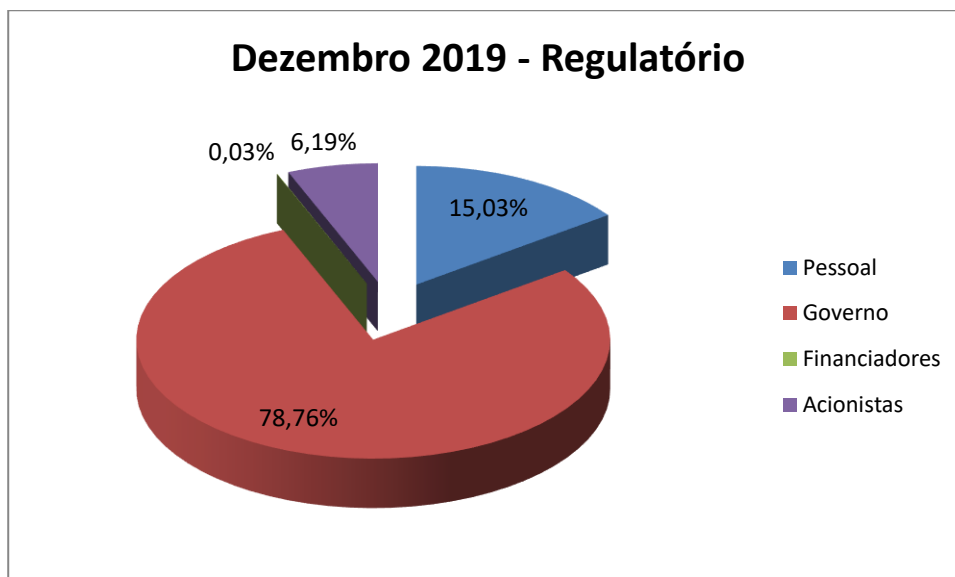
**Investimentos:** No exercício de 2018 e 2019 a CASTRO-DIS não realizou o envio do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Devido a um comunicado em resposta a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, estamos isentos de envio das informações do PDD também em 2020, Mesmo assim a Castro-DIS realizou o preenchimento do quadro abaixo com os dados realizados de 2019 e os projetados dos demais exercícios posteriores:

R\$ Mil Nominais

R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019

<b>Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	-	-	<b>500,34</b>	<b>488,70</b>	<b>241,25</b>	<b>254,09</b>	<b>267,61</b>	<b>281,83</b>
Transformador de Distribuição			51,83	54,58	57,48	60,54	63,76	67,15
Medidor			40,44	42,59	44,86	47,24	49,76	52,40
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)			2,37	5,23	5,50	5,80	6,11	6,43
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)			68,36	375,61	122,15	128,65	135,49	142,70
Redes Alta Tensão (69 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)							-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)			337,34	3,57	3,76	3,96	4,17	4,39
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)							-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		-	-	7,12	7,50	7,90	8,32	8,76
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

**Valor adicionado regulatório:** Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 6.620,40 mil, representando 37,40% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Permissionária era de R\$ 61,70 mil, composto por 617 de quotas, com valor nominal R\$ 100,00.

## Gestão

**Administração:** A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

**Planejamento empresarial:** A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

**Gestão pela qualidade total:** Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

**Recursos humanos:** A área de recursos humanos é responsável por melhorar o desempenho da empresa, através de do recurso “pessoas” atendendo assim com eficiência os associados/consumidores, colaboradores e fornecedores. Em 2019 a permissionária investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, aos colaboradores que estão investindo na formação profissional (ensino superior) a permissionária oferece uma bolsa de estudo que custeia uma parte da mensalidade.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

<b>Outorgada em números</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento</b>			
Número de consumidores	618	616	0,32%
Número de empregados	12	11	9,09%
Número de consumidores por empregado	52	56	-8,04%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
<b>Mercado</b>			
Área de Permissão (Km <sup>2</sup> )	603,79	603,79	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4,77	0,74	545,47%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	55.051,00	47.650,00	15,53%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	326,87	326,93	-0,02%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	339,38	341,61	-0,65%
Comercial	385,03	380,92	1,08%
Industrial	330,85	337,01	-1,83%
Rural	252,22	248,16	1,63%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	9,88	0,00	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,96	0,96	0,42%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	1,20	1,20	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,25	0,00	0,00%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	161,620	0,00	0,00%
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%

Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	265,21	264,61	0,23%
Capacidade instalada (MW)	34,67	32,90	5,37%
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	17.700,57	2.583,07	585,25%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.542,43	1.945,53	544,68%
Margem operacional do serviço líquida (%)	41,13%	32,77%	25,50%
EBITDA OU LAJIDA	1.082,89	81,64	1226,42%
Lucro líquido (R\$ mil)	423,17	-70,40	-701,09%
Lucro líquido por mil cotas	423,17	-70,40	-701,09%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	17.611,86	17.232,16	2,20%
Valor patrimonial por cota R\$	17.611,86	17.232,16	2,20%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,02	0,00	-688,13%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,15	0,10	42,13%
Em moeda nacional (%)	0,15	0,10	42,13%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
<b>Indicadores de Performance</b>			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,82	3,54	36,16%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	3.677,45	723,29	408,44%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	71,41	12,92	452,89%
Retorno de ativos por unidade	0,02	0,00	-2100,00%

## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Castro, Paraná, 30 de Abril de 2020

A Administração

## **10-Balanco Patrimonial Regulatório**

# 10 Balanço Patrimonial Regulatório

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuicao de Energia  
Eletrica de Castro

CNPJ no 30.460.297/0001-39

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

## Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Ativos</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.512,79</b>	<b>4.816,43</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.757,10	3.235,56
Consumidores	1.604,54	1.242,48
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	53,44	1,56
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	42,50	34,62
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	542,48	19,67
Despesas pagas antecipadamente	30,07	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	482,66	282,54
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Bens destinados à alienação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>13.714,75</b>	<b>14.215,89</b>
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	18,27	0,35
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	1,98	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	0,89
Imobilizado	13.625,37	14.108,06
Intangível	69,13	106,59

<b>Total do ativo</b>	<b>20.227,54</b>	<b>19.032,32</b>
-----------------------	------------------	------------------

### Passivo

<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.608,05</b>	<b>1.800,16</b>
Fornecedores	1.171,85	1.056,62
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	32,98
Obrigações sociais e trabalhistas	204,07	32,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	308,66	246,80
Provisão para litígios	-	104,32
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	380,08	170,26
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	402,15	151,73
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	141,24	5,10
<b>Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>7,62</b>	<b>-</b>
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,62	-

<b>Total do passivo</b>	<b>2.615,67</b>	<b>1.800,16</b>
-------------------------	-----------------	-----------------

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17.611,87</b>	<b>17.232,16</b>
Capital social	61,70	39,50
Reservas de capital	(538,06)	(89,85)
Outros resultados abrangentes	8.104,72	8.688,75
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	8.637,69	8.490,16
Sobras à disposição da Assembleia	1.345,82	103,60
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.611,87</b>	<b>17.232,16</b>
------------------------------------	------------------	------------------

<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>20.227,54</b>	<b>19.032,32</b>
---	------------------	------------------

# **11 - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória**

# 11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro

CNPJ no 30.460.297/0001-39

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

## Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Operações em continuidade</b>		
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>17.700,57</b>	<b>2.583,07</b>
Fornecimento de energia elétrica	9.746,68	2.456,23
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.312,74	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(60,22)	(131,88)
Serviços cobráveis	1,18	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.700,19	258,72
Outras receitas	-	-
<b>Tributos</b>	<b>(3.012,19)</b>	<b>(466,25)</b>
ICMS	(3.003,22)	(466,25)
PIS-PASEP	(1,60)	-
Cofins	(7,37)	-
ISS	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(2.145,96)</b>	<b>(171,30)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.574,37)	(105,25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(13,72)	(1,04)
Outros encargos	(557,87)	(65,01)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>12.542,42</b>	<b>1.945,52</b>

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>(1.555,51)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(9.394,75)	(1.555,51)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.147,67</b>	<b>390,01</b>
--	-----------------	---------------

<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(2.941,64)</b>	<b>(454,48)</b>
Pessoal e administradores	(1.377,85)	(198,21)
Material	(95,82)	(12,39)
Serviços de terceiros	(418,87)	(88,28)
Arrendamento e aluguéis	(2,04)	-
Seguros	(20,06)	-
Doações, contribuições e subvenções	(13,94)	-
Provisões	-	-
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	0,21	-
Tributos	(6,78)	(2,28)
Depreciação e amortização	(876,84)	(146,11)
Gastos diversos	(21,57)	(5,62)
Outras Receitas Operacionais	4,22	(1,59)
Outras Despesas Operacionais	(112,30)	-

<b>Resultado da Atividade</b>	<b>206,03</b>	<b>(64,47)</b>
-------------------------------	---------------	----------------

<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
---------------------------------	----------	----------

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>221,06</b>	<b>(4,90)</b>
Despesas financeiras	(20,76)	(5,74)
Receitas financeiras	241,82	0,84

<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>427,09</b>	<b>(69,37)</b>
---	---------------	----------------

<b>Despesa com impostos sobre os lucros</b>	<b>(3,92)</b>	<b>(1,04)</b>
---	---------------	---------------

<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>423,17</b>	<b>(70,41)</b>
--	---------------	----------------

<b>Operações descontinuadas</b>	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-
---------------------------------------	---	---

**Atribuível aos:**

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

<b>Lucro por ação</b>	<b>6,86</b>	<b>(1,78)</b>
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	6,86	(1,78)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

## Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

## **12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória**

## 12 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	39,50	-	-	-	-	-	-	-	39,50
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(0,80)	-	-	2,49	-	-	-	1,69
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	(89,05)	8.688,75	-	0,80	-	178,90	-	8.779,40
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(72,88)	-	(72,88)
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.975,40	(1,61)	-	1.973,79
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(3,29)	3.512,57	(0,81)	-	3.508,47
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	3.002,19	-	-	3.002,19

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>39,50</b>	<b>(89,85)</b>	<b>8.688,75</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.490,16</b>	<b>103,60</b>	<b>-</b>	<b>17.232,16</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	22,20	-	-	-	-	-	-	-	22,20
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	2,65	-	-	-	2,65
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	(448,21)	(584,03)	-	8,28	-	977,99	-	(45,97)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	420,52	-	420,52
Reserva legal	-	-	-	-	-	108,77	(108,77)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(10,93)	38,76	(47,52)	-	(19,69)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>61,70</b>	<b>(538,06)</b>	<b>8.104,72</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.637,69</b>	<b>1.345,82</b>	<b>-</b>	<b>17.611,87</b>

# **13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório**

## 13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

CASTRO-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro  
CNPJ no 30.460.297/0001-39  
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e  
2018  
(Valores expressos em milhares de reais)  
(Método Direto)

Notas	Notas	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>360,82</b>	<b>195,03</b>
Fornecimento de Energia		15.747,42	1.235,47
Suprimento de Energia		-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
Suprimento a Concessionárias		-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		1.472,43	-
Outros Recebimentos Operacionais		0,97	4,88
Fornecedores - Materiais e Serviços		(910,56)	(83,67)
Fornecedores - Energia Elétrica		(9.745,33)	(517,31)
Salários e Encargos Sociais		(686,60)	(74,87)
Tributos sobre a Receita - Federais		(476,26)	(49,13)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(2.950,38)	(261,10)
Tributos sobre o Lucro ( IRPJ / CSLL )		(9,37)	(0,55)
Encargos de Transmissão		-	-
Demais Encargos Regulatórios		(1.716,71)	(1,04)
Outras Despesas Operacionais		(364,79)	(57,65)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>163,49</b>	<b>3.002,01</b>
Aquisição de Participações Societárias		(0,14)	(0,08)
Aportes / Aumento de Capital em Controladas/Incorporação de Reservas		-	3.001,50
Investimentos		-	-
Imobilizado		(36,72)	-
Intangível		-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-
Proventos Recebidos		200,35	0,59
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>524,31</b>	<b>3.197,04</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(2,77)</b>	<b>38,52</b>
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	45,32

Empréstimos e Financiamentos Pagos	(3,17)	(20,00)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	0,40	13,20
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>521,54</b>	<b>3.235,56</b>
<b>No início do exercício</b>	<b>3.235,56</b>	<b>-</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>3.757,10</b>	<b>3.235,56</b>

## **14 - Notas Explicativas Regulatórias**

# 14 Notas Explicativas Regulatórias

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

## **3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 18 a 32, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos

regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**Imobilizado em serviço:** A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se

como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe 02 (dois) consumidores que isoladamente representam 33% do total do faturamento de 2019, sendo a UC-2101 com consumo de 8,58 MWh e a UC-2103 com consumo de 5,22 MWh. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCR IÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2019	Total 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	1.524,40	-	48,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.573,37	1.242,42
Residencial	25,47	-	2,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,61	30,09
Industrial	758,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758,46	575,41
Comercial	143,39	-	18,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161,91	147,47
Rural	493,06	-	28,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	521,37	477,67
Poderes Públicos	0,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66	0,60
Iluminação Pública	5,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,48	10,15
Serviço Público	0,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,94	1,03
Serviço Taxado	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	-
Fornecimento Não Faturado	96,91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96,91	-
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.524,40</b>	<b>-</b>	<b>48,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.573,37</b>	<b>1.242,42</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
  - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
  - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
  - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2019 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

## 5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>21.584,25</b>	<b>537,37</b>	<b>(69,23)</b>	<b>-</b>	<b>(68,66)</b>	<b>21.983,73</b>	<b>468,14</b>	<b>(8.994,00)</b>	<b>12.989,73</b>	<b>13.374,77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Terrenos	20,05	-	-	-	-	20,05	-	-	20,05	20,05	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	143,23	-	-	-	-	143,23	-	(73,64)	69,59	73,48	-	-	-
Máquinas e equipamentos	21.039,93	537,37	(69,23)	-	(68,66)	21.439,41	468,14	(8.644,79)	12.794,62	13.142,72	-	-	-
Veículos	381,04	-	-	-	-	381,04	-	(275,57)	105,47	138,52	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>104,47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104,47</b>	<b>-</b>	<b>(57,79)</b>	<b>46,68</b>	<b>59,80</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	104,47	-	-	-	-	104,47	-	(57,79)	46,68	59,80	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>21.688,72</b>	<b>537,37</b>	<b>(69,23)</b>	<b>-</b>	<b>(68,66)</b>	<b>22.088,20</b>	<b>468,14</b>	<b>(9.051,79)</b>	<b>13.036,41</b>	<b>13.434,57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Terrenos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	673,49	457,57	-	(542,11)	-	588,95	(84,54)	-	588,95	673,49	-	-	-
Máquinas e equipamentos	330,83	232,19	-	(537,37)	-	25,65	(305,18)	-	25,65	330,83	-	-	-
Outros	342,66	225,38	-	(4,74)	-	563,30	220,64	-	563,30	342,66	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>673,49</b>	<b>457,57</b>	<b>-</b>	<b>(542,11)</b>	<b>-</b>	<b>588,95</b>	<b>(84,54)</b>	<b>-</b>	<b>588,95</b>	<b>673,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>22.362,21</b>	<b>994,94</b>	<b>(69,23)</b>	<b>(542,11)</b>	<b>(68,66)</b>	<b>22.677,15</b>	<b>383,60</b>	<b>(9.051,79)</b>	<b>13.625,36</b>	<b>14.108,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	235,94	-	-	-	-	235,94	-	(180,72)	55,22	88,33
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	235,94	-	-	-	-	235,94	-	(180,72)	55,22	88,33
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	22,88	-	-	-	-	22,88	-	(8,98)	13,90	18,26
Softw ares	22,88	-	-	-	-	22,88	-	(8,98)	13,90	18,26
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>258,82</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>258,82</b>	<b>-</b>	<b>(189,70)</b>	<b>69,12</b>	<b>106,59</b>

<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	-	-	-	-	-	-

<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>258,82</b>	-	-	-	-	<b>258,82</b>	-	<b>(189,70)</b>	<b>69,12</b>	<b>106,59</b>
----------------------------------	---------------	---	---	---	---	---------------	---	-----------------	--------------	---------------

**A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:**

	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil							
<b>AIS Bruto</b>	<b>21.039,93</b>	<b>537,37</b>	<b>(69,23)</b>	<b>-</b>	<b>(68,66)</b>	<b>21.439,41</b>	<b>468,14</b>
Transformador de Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Medidor	50,39	28,92	(2,65)	-	(1,25)	75,41	26,27
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	19.642,18	171,09	(66,58)	-	(67,41)	19.679,28	104,51
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	1.347,36	337,36	-	-	-	1.684,72	337,36
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		-		-		-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-

Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

	2019			2018	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>7,71</b>	<b>21.983,72</b>	<b>(8.993,99)</b>	<b>12.989,73</b>	<b>13.374,77</b>
Custo histórico	3,98	7.586,22	(2.701,20)	4.885,02	4.686,00
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,73	14.397,50	(6.292,79)	8.104,71	8.688,77
<b>Administração</b>	<b>12,50</b>	<b>104,47</b>	<b>(57,79)</b>	<b>46,68</b>	<b>59,80</b>
Custo histórico	12,50	104,47	(57,79)	46,68	59,80
Correção monetária especial	-	-	-	-	-

Reavaliação	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
<b>Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica</b>	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	-	<b>588,95</b>	-	<b>588,95</b>	<b>673,49</b>
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	588,95	-	588,95	673,49
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

**A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:**

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Material/ Equipamento</b>	<b>Serviços de Terceiro</b>	<b>Mão de obra própria</b>	<b>Juros Capitalizados</b>	<b>Depreciação/ Amortização</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-

Máquinas e Equipamentos	47,65	3,50	35,60	-	-	450,62	537,37
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Adições</b>	<b>47,65</b>	<b>3,50</b>	<b>35,60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>450,62</b>	<b>537,37</b>

**As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:**

#### **Distribuição**

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

#### **Administração Central**

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:**

#### CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Transformador de Força 5/6,25 MVA, 5/13,8 KV	245,98
2 - Caixa de Comando (ligação dos acessórios)	45,88
3 - Conjunto de Radiadores	26,32
4 - Transformador trifasico 112,5 KVA	12,16
5 - Conjunto de Motoventiladores	11,93
6 - Transformador Trifasico 112,5 KVA	11,38
7 - Cabo Alumínio coberto XLPE 35mm <sup>2</sup>	11,20
8 - Medidor Eletrônico SAGA-1500/E550	9,68
9 - Transformador Trifasico 112,5 KVA	8,79
10 - Transformador Trifasico 112,5 KVA	8,18

**As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:**

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Medidor Eletronico E750-1E4-8701-A2N-2X1C	2,32
2 - Transformador Trifasico 75 KVA 127/220V	1,46
3 - Medidor Eletronico ELO 2113 30(200)A	1,20
4 - Poste B-300 x 12 mts.	1,05
5 - Transformador Trifasico 75 KVA 127/220V	0,87
6 - Transformador Trifasico 75 KVA 127/220V	0,75
7 - Transformador Trifasico 30 KVA 127/220V	0,74
8 - Transformador Trifasico 20 KVA 127/220V	0,61
9 - Transformador Trifasico 15 KVA 127/220V	0,48
10 - Cabo Aluminio C-2/0 s/alma	0,27

## **6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### **a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

A CASTRO-DIS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2019.

### **b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

#### **i) Programas sociais e governamentais**

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

#### **ii) Quota parte de energia nuclear**

A CASTRO-DIS, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

#### **iii) Neutralidade da Parcela A**

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

#### **iv) Sobrecontratação**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

#### **v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária**

Em 2018, ocorreu nosso cálculo das Tarifas Iniciais, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.477 de 30 de outubro de 2018 para o ciclo de 2018 / 2019.

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>19,67</b>	<b>678,36</b>	<b>(215,62)</b>	<b>4,76</b>	<b>55,31</b>	<b>542,48</b>	<b>215,62</b>	<b>326,86</b>	<b>542,48</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	19,67	67,18	-	4,76	(82,84)	8,77	-	8,77	8,77	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	611,18	(215,62)	-	138,15	533,71	215,62	318,09	533,71	-
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>19,67</b>	<b>678,36</b>	<b>(215,62)</b>	<b>4,76</b>	<b>55,31</b>	<b>542,48</b>	<b>215,62</b>	<b>326,86</b>	<b>542,48</b>	<b>-</b>

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>151,73</b>	<b>542,83</b>	<b>(80,22)</b>	<b>32,99</b>	<b>(245,18)</b>	<b>402,15</b>	<b>0,10</b>	<b>402,05</b>	<b>402,15</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	151,73	355,01	(80,12)	32,99	(245,37)	214,24	-	214,24	214,24	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	187,82	(0,10)	-	0,19	187,91	0,10	187,81	187,91	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>151,73</b>	<b>542,83</b>	<b>(80,22)</b>	<b>32,99</b>	<b>(245,18)</b>	<b>402,15</b>	<b>0,10</b>	<b>402,05</b>	<b>402,15</b>	<b>-</b>

## 7. Empréstimos e Financiamentos

A CASTRO-DIS não possui endividamento financeiro no exercício de 2019.

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação ou repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2020	2021	2022	2023	2024	2025+	Total		
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)</b>	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	-

<b>União</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Município</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívidas com Agentes do Setor</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mútuos Passivos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diversos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	1,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CASTROLAN DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA	-	-	0,83	-	Sim	Não há	-	01/01/2020	N.A.	01/01/2020	01/01/2020	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
COOP. CREDITO RURAL CAMPOS GERAIS - SICREDI	-	-	1,15	-	Sim	Não há	-	01/01/2020	N.A.	01/01/2020	01/01/2020	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

#### Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-

-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
<b>Dívida Bruta</b>	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros</b>	-	<b>(3.559,44)</b>	<b>(1,98)</b>	<b>(3.561,42)</b>	<b>(3.235,56)</b>

Alta Liquidez	-	(3.559,44)	-	(3.559,44)	(3.235,56)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(1,98)	(1,98)	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
<b>Dívida Líquida</b>	<b>-</b>	<b>(3.559,44)</b>	<b>(1,98)</b>	<b>(3.561,42)</b>	<b>(3.235,56)</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CASTRO-DIS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2018 e 2019.

## 9. Provisões para Litígios

A CASTRO-DIS não possui provisões para litígios nos exercícios 2018 e 2019.

Foi utilizado a conta de litígios trabalhistas de forma indevida em 2018 e o mesmo ajustado em 2019

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>104,32</b>	-	-	-	-	-	<b>104,32</b>
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	(104,32)	-	-	-	-	-	<b>(104,32)</b>
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	-	-	-	-	-	-	-

## 10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>7,50%</b>	<b>(7,77)</b>	-	-	<b>(7,77)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	2,10%	(5,56)	-	-	<b>(5,56)</b>
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	5,40%	(2,21)	-	-	<b>(2,21)</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>0,00%</b>	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,15</b>	-	-	<b>0,15</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	0,09	-	-	<b>0,09</b>

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	0,06	-	-	<b>0,06</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>(7,62)</b>	-	-	<b>(7,62)</b>



Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>(7,77)</b>	-	-	-	<b>(7,77)</b>	<b>(7,77)</b>	<b>0,15</b>	<b>(7,62)</b>	-

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Obrigações Especiais - R\$ Mil</b>										
<b>Em Curso</b>	-	<b>(7,77)</b>	-	<b>7,77</b>	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(5,56)	-	5,56	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(2,21)	-	2,21	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>(7,77)</b>	-	<b>7,77</b>	-	-	-	-	-	-

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Participação Financeira do Consumidor	-3,73
2 - Doações e Subvenções	-2,21
3 - Participação Financeira do Consumidor	-1,83
4 -	
5 -	
6 -	
7 -	
8 -	
9 -	
10 -	

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Em Serviço</b>			
<b>Participação da União, Estados e Municípios</b>			
<b>Participação Financeira do Consumidor</b>	<b>(5,56)</b>	<b>0,09</b>	<b>(5,47)</b>
Data de aquisição: 01/05/2019	(3,73)	0,08	(3,65)
Data de aquisição: 01/12/2019	(1,83)	0,01	(1,82)
<b>Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido</b>	<b>(2,21)</b>	<b>0,06</b>	<b>(2,15)</b>
Data de aquisição: 01/05/2019	(2,21)	0,06	(2,15)
<b>Programa de Eficiência Energética - PEE</b>			
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>			
<b>Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica</b>			
<b>Valores Pendentes de Recebimento</b>			
<b>Valores Não Aplicados</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Ultrapassagem de demanda</b>			
<b>Excedente de reativos</b>			

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
<b>Total</b>	<b>(7,77)</b>	<b>0,15</b>	<b>(7,62)</b>

### 11. Patrimônio Líquido

#### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 61,70 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Números de ações em milhares						Total	%
	Prferenciais							
Cotistas	%	Cotas	%	B	%			
Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda	9,56%	5.900	-	-	-	<b>5.900</b>	-	
Jan Haasjes	1,94%	1.200	-	-	-	<b>1.200</b>	-	
Albertus Frederik Wolthers	1,94%	1.200	-	-	-	<b>1.200</b>	-	
Hendrik de Boer	1,62%	1.000	-	-	-	<b>1.000</b>	-	
Roberto Meindert Borg	1,13%	700	-	-	-	<b>700</b>	-	
Jan Johannes de Boer	0,81%	500	-	-	-	<b>500</b>	-	
Pedro Irineu Teider	0,32%	200	-	-	-	<b>200</b>	-	
Hendrikus Salomons	0,32%	200	-	-	-	<b>200</b>	-	
Hermannus Gerrit Morsink	0,16%	100	-	-	-	<b>100</b>	-	
Demais Cooperados ( n° de 298)	82,17%	50.700	-	-	-	<b>50.700</b>	-	
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.700</b>	-	-	-	<b>61.700</b>	-	

#### Reservas de Capital

	2019	2018
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	-538,06	-89,85
<b>Total</b>	<b>-538,06</b>	<b>-89,85</b>

#### Outros Resultados Abrangentes

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

	2019	2018
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	8.104,72	8.688,75
<b>Total</b>	<b>8.104,72</b>	<b>8.688,75</b>

### Reservas de Sobras

	2019	2018
Reserva legal	2.084,18	1.975,41
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	3.551,32	3.512,57
Reservas Estatutárias	3.002,19	3.002,19
<b>Total</b>	<b>8.637,69</b>	<b>8.490,17</b>

### Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2019	2018
Sobras	1.345,82	103,60
Capital Social	61,70	39,50
<b>Total</b>	<b>1.407,52</b>	<b>143,10</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>17.611,87</b>	<b>17.232,17</b>

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2019, apresentou sobras com cooperados e lucros com não cooperados.

## 12. Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Receita Bruta</b>						
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>618</b>	<b>616</b>	<b>41.793,06</b>	<b>6.479,13</b>	<b>15.962,50</b>	<b>2.456,23</b>
Residencial	154	155	660,62	95,30	328,66	47,02
Industrial	4	4	17.741,00	2.714,08	8.597,55	1.331,59

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Comercial	98	97	3.041,88	509,36	1.621,90	264,47
Rural	356	356	19.964,91	3.098,19	5.329,15	799,38
Poder público	1	1	22,83	4,03	8,12	1,42
Iluminação pública	3	1	319,76	50,80	64,04	10,15
Serviço público	2	2	42,06	7,37	13,08	2,20
<b>Suprimento Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-	<b>6.312,74</b>	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-	6.312,74	-
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	<b>(6.312,74)</b>	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(6.312,74)	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-	<b>96,91</b>	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(60,22)	(131,88)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	1,18	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.700,19	258,72
<b>Total</b>	<b>618,00</b>	<b>616</b>	<b>41.793,06</b>	<b>6.479,13</b>	<b>17.700,56</b>	<b>2.583,07</b>

### 13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Nos exercícios de 2018 e 2019, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

### 14. Pessoal e Administradores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Pessoal</b>	<b>1.254,18</b>	<b>198,22</b>
Remuneração	732,11	105,30
Encargos	294,62	57,69
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	227,45	35,23
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
<b>Administradores</b>	<b>123,66</b>	<b>-</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	123,66	-
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>1.377,84</b>	<b>198,22</b>

### 15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

<u>2019</u>	<u>2018</u>
-------------	-------------

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	427,09	19,46
Ajustes Efeitos IFRS	538,06	50,94
<b>Lucro Ajustado</b>	<b>965,15</b>	<b>70,40</b>
Ajustes Lalur	(948,81)	(66,07)
<b>Base de Calculo Fiscal</b>	<b>16,34</b>	<b>4,33</b>
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(3,92)	(1,04)
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(3,92)</b>	<b>(1,04)</b>

### 16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

#### 17.1. Revisão Tarifária Periódica

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, em processo de apuração das Tarifas Iniciais, nossa Revisão Tarifária Periódica deverá ocorrer no ano de 2022.

#### 17.2. Reajuste Tarifário Anual

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, o processo de apuração das Tarifas Iniciais foi publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 30 de outubro de 2018.

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

### 17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.535,48
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

(4) Bens Totalmente Depreciados	1.562,17
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	<b>18.973,31</b>
(6) Depreciação Acumulada	7.533,06
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	61,61
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	122,58
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	<b>13.186,61</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	758,93
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	<b>497,13</b>

### 17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.168,42
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	292,10

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	292,10
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	584,21
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	15,98
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	47,24
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	121,24
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>184,45</b>

### 17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

### 17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>9.307,17</b>	<b>10.060,09</b>	<b>10.754,04</b>	<b>40,88%</b>	<b>72,64%</b>	<b>81,21%</b>
<b>1.1. Encargos Setoriais</b>	<b>1.567,38</b>	<b>1.685,02</b>	<b>2.383,94</b>	<b>22,18%</b>	<b>59,48%</b>	<b>18,00%</b>
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	12,47	13,36	12,89	7,10%	-3,50%	0,10%
CDE	1.263,05	1.357,64	2.010,20	7,49%	48,07%	15,18%
PROINFA	291,85	314,02	360,85	7,60%	14,91%	2,72%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

ESS	-	-	-	-	-	-
<b>1.2. Transmissão</b>	<b>1.483,23</b>	<b>1.649,27</b>	<b>1.938,49</b>	<b>11,19%</b>	<b>17,54%</b>	<b>14,64%</b>
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.483,23	1.649,27	1.938,49	11,19%	17,54%	14,64%
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>1.3. Compra de Energia</b>	<b>6.256,57</b>	<b>6.725,80</b>	<b>6.431,60</b>	<b>7,50%</b>	<b>-4,37%</b>	<b>48,57%</b>
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	6.256,57	6.725,80	6.431,60	7,50%	-4,37%	48,57%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
<b>2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>2.408,12</b>	<b>2.619,40</b>	<b>2.488,93</b>	<b>8,77%</b>	<b>-4,98%</b>	<b>18,79%</b>
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	2.408,12	2.619,40	2.488,93	8,77%	-4,98%	18,79%
3. Reposicionamento Econômico			4,44%			
4. Componentes Financeiros			2,14%			
5. Reposicionamento com Financeiros			6,58%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior			0,00%			
7. Efeito para Consumidor			10,00%			

**PLEITO DA PARCELA B PARA CICLO 2019/2020** 2.492,17

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	1.042,80
Investimentos/Reservas/Outras receitas	1.449,37

**2.492,17**

<b>PARCELA B CONSIDERADA</b>	<b>2.488,93</b>
------------------------------	-----------------

**AUDICONSULT**

AUDICONSULT Auditores S/S

# **15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória**

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

### 15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

#### 18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>6.512,79</b>	<b>-</b>	<b>6.512,79</b>	<b>4.816,43</b>	<b>-</b>	<b>4.816,43</b>
Caixa e equivalentes de caixa		3.757,10	-	3.757,10	3.235,56	-	3.235,56
Consumidores	14.1	1.604,54	-	1.604,54	1.242,48	-	1.242,48
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		53,44	-	53,44	1,56	-	1,56
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almojarifado operacional		42,50	-	42,50	34,62	-	34,62
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	542,48	-	542,48	19,67	-	19,67
Despesas pagas antecipadamente		30,07	-	30,07	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		482,66	-	482,66	282,54	-	282,54
<b>Ativo não circulante</b>		<b>13.714,75</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>5.610,03</b>	<b>14.215,89</b>	<b>(8.688,75)</b>	<b>5.527,14</b>
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Tributos compensáveis		18,27	-	18,27	0,35	-	0,35
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		1,98	-	1,98	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	200,47	200,47	-	113,43	113,43
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	0,89	-	0,89
Imobilizado	14.4	13.625,37	(13.445,78)	179,59	14.108,06	(13.881,01)	227,05
Intangível	14.5	69,13	5.140,59	5.209,72	106,59	5.078,83	5.185,42
<b>Total do ativo</b>		<b>20.227,54</b>	<b>(8.104,72)</b>	<b>12.122,82</b>	<b>19.032,32</b>	<b>(8.688,75)</b>	<b>10.343,57</b>

<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>		<b>2.608,05</b>	<b>-</b>	<b>2.608,05</b>	<b>1.800,16</b>	<b>-</b>	<b>1.800,16</b>
Fornecedores		1.171,85	-	1.171,85	1.056,62	-	1.056,62
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	32,98	-	32,98
Obrigações sociais e trabalhistas		204,07	-	204,07	32,35	-	32,35
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		308,66	-	308,66	246,80	-	246,80
Provisão para litígios		-	-	-	104,32	-	104,32
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		380,08	-	380,08	170,26	-	170,26
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	402,15	-	402,15	151,73	-	151,73
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		141,24	-	141,24	5,10	-	5,10

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

<b>Passivo não circulante</b>		<b>7,62</b>	<b>-</b>	<b>7,62</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		7,62	-	7,62	-	-	-
<b>Total do passivo</b>		<b>2.615,67</b>	<b>-</b>	<b>2.615,67</b>	<b>1.800,16</b>	<b>-</b>	<b>1.800,16</b>

<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		61,70	-	61,70	39,50	-	39,50
Reservas de capital		(538,06)	538,06	-	(89,85)	89,85	-
Outros resultados abrangentes		8.104,72	(8.104,72)	-	8.688,75	(8.688,75)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		8.637,69	-	8.637,69	8.490,16	-	8.490,16
Sobras à disposição da Assembleia		1.345,82	(538,06)	807,76	103,60	(89,85)	13,75
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Total do patrimônio líquido	17.611,87	(8.104,72)	9.507,15	17.232,16	(8.688,75)	8.543,41
Total do passivo e do patrimônio líquido	20.227,54	(8.104,72)	12.122,82	19.032,32	(8.688,75)	10.343,57

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>17.700,57</b>	<b>1.262,44</b>	<b>18.963,01</b>	<b>2.583,07</b>	<b>673,49</b>	<b>3.256,56</b>
Fornecimento de energia elétrica		9.746,68	-	9.746,68	2.456,23	-	2.456,23
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.312,74	-	6.312,74	-	-	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(60,22)	-	(60,22)	(131,88)	-	(131,88)
Serviços cobráveis		1,18	-	1,18	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.700,19	-	1.700,19	258,72	-	258,72
Outras receitas vinculadas		-	1.262,44	1.262,44	-	673,49	673,49
<b>Tributos</b>		<b>(3.012,19)</b>	<b>-</b>	<b>(3.012,19)</b>	<b>(466,25)</b>	<b>-</b>	<b>(466,25)</b>
ICMS		(3.003,22)	-	(3.003,22)	(466,25)	-	(466,25)
PIS-PASEP		(1,60)	-	(1,60)	-	-	-
Cofins		(7,37)	-	(7,37)	-	-	-
ISS		-	-	-	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(2.145,96)</b>	<b>-</b>	<b>(2.145,96)</b>	<b>(171,30)</b>	<b>-</b>	<b>(171,30)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.574,37)	-	(1.574,37)	(105,25)	-	(105,25)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(13,72)	-	(13,72)	(1,04)	-	(1,04)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(557,87)	-	(557,87)	(65,01)	-	(65,01)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>12.542,42</b>	<b>1.262,44</b>	<b>13.804,86</b>	<b>1.945,52</b>	<b>673,49</b>	<b>2.619,01</b>

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>-</b>	<b>(9.394,75)</b>	<b>(1.555,51)</b>	<b>-</b>	<b>(1.555,51)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(9.079,90)	-	(9.079,90)	(1.555,51)	-	(1.555,51)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(314,85)	-	(314,85)	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.147,67</b>	<b>1.262,44</b>	<b>4.410,11</b>	<b>390,01</b>	<b>673,49</b>	<b>1.063,50</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(2.941,64)</b>	<b>(724,38)</b>	<b>(3.666,02)</b>	<b>(454,48)</b>	<b>(583,64)</b>	<b>(1.038,12)</b>
Pessoal e administradores (inclui 123,66 de remuneração a administradores)	(1.377,85)	-	(1.377,85)	(198,21)	-	(198,21)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(95,82)	-	(95,82)	(12,39)	-	(12,39)
Serviços de terceiros	(418,87)	-	(418,87)	(88,28)	-	(88,28)
Arrendamento e aluguéis	(2,04)	-	(2,04)	-	-	-
Seguros	(20,06)	-	(20,06)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(13,94)	-	(13,94)	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Recuperação de despesas	0,21	-	0,21	-	-	-
Tributos	(6,78)	-	(6,78)	(2,28)	-	(2,28)
Depreciação e amortização	(876,84)	538,06	(338,78)	(146,11)	89,86	(56,25)
Gastos diversos da atividade vinculada	(21,57)	(1.262,44)	(1.284,01)	(5,62)	(673,50)	(679,12)
Outras Receitas Operacionais	4,22	-	4,22	(1,59)	-	(1,59)
Outras Gastos Operacionais	(112,30)	-	(112,30)	-	-	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>206,03</b>	<b>538,06</b>	<b>744,09</b>	<b>(64,47)</b>	<b>89,85</b>	<b>25,38</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>221,06</b>	<b>-</b>	<b>221,06</b>	<b>(4,90)</b>	<b>-</b>	<b>(4,90)</b>
Despesas financeiras	(20,76)	-	(20,76)	(5,74)	-	(5,74)
Receitas financeiras	241,82	-	241,82	0,84	-	0,84
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>427,09</b>	<b>538,06</b>	<b>965,15</b>	<b>(69,37)</b>	<b>89,85</b>	<b>20,48</b>

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Despesa com impostos sobre os lucros	(3,92)	-	(3,92)	(1,04)	-	(1,04)
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>423,17</b>	<b>538,06</b>	<b>961,23</b>	<b>(70,41)</b>	<b>89,85</b>	<b>19,44</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>423,17</b>	<b>538,06</b>	<b>961,23</b>	<b>(70,41)</b>	<b>89,85</b>	<b>19,44</b>
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação</b>						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	3,67	8,72	12,39	(1,78)	2,27	0,49
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

Nas notas 14.1, 14.2 e 14.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2018 e 2019. Nas notas 14.4 e 14.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

### 18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

### 18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

### **18.3. Ativos financeiros da concessão**

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

### **18.4. Imobilizado**

#### **18.4.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes são decorrentes o processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 30 de outubro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

#### **18.4.2. Depreciação**

Os ajustes são decorrentes o processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 30 de outubro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

### **18.5. Intangível**

#### **18.5.1. Reavaliação compulsória**

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

#### **18.5.2. Depreciação**

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

### **18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

#### **18.6.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

### 18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

### 18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

#### 18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

#### 18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

#### 18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

#### 18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

#### 18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

### 18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
<b>Saldos no final do exercício (societário)</b>	<b>9.507,15</b>	<b>8.543,41</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>8.104,71</b>	<b>8.688,76</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	14.397,50	14.466,18
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(6.292,79)	(5.777,42)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
<b>Saldos no fim do exercício (regulatório)</b>	<b>17.611,86</b>	<b>17.232,17</b>

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

### 18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	961,23	19,46
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(538,06)</b>	<b>(89,86)</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(538,06)	(89,86)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido regulatório</b>	<b>423,17</b>	<b>(70,40)</b>

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2018 e 2019, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

**19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018**

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CASTRO-DIS;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CASTRO-DIS;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

### **19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas**

No exercício de 2019 a CASTRO-DIS contabilizou 5,74% de Perdas Técnicas. Durante o ano de 2020, a CASTRO-DIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

### **20. Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2020 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

**PEDRO IRINEU TEIDER**  
Diretor Presidente

**TATEKI KANJO KOJIMA**  
Gerente

**PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA**  
Contador

**AUDICONSULT**

AUDICONSULT Auditores S/S

## **16 - Parecer do Conselho Fiscal**

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores, Consumidores e Associados da  
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – Castro-Dis  
Castro – Paraná

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, no exercício de nossas funções estatutárias, após minucioso exame do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2019 e também das Contas de Resultado, chegamos à conclusão de que estes resultados espelham a real situação da Cooperativa, podendo ser recomendado à Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação.

Castro/PR, 16 de abril de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
Frederik de Jager

  
\_\_\_\_\_  
Ricardo Geraldo Leffers

  
\_\_\_\_\_  
Bernard Willem Bouwman

  
\_\_\_\_\_  
Ronald Rabbers

**AUDICONSULT**

AUDICONSULT Auditores S/S

## **17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório**

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Associados e Administradores da

#### **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**

Castro – PR

#### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

---

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base contábil de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### **Outros Assuntos**

A **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, com data de 13 de março de 2020.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias**

A administração da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

# AUDICONSULT

## AUDICONSULT Auditores S/S

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

---

Rua Vereador Márcio

Grande Flor



.060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC

tel (48) 3259-2444 – e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

São José (SC), 23 de junho de 2020.

---

**Hermenegildo João Vanoni**

**AUDICONSULT Auditores S/S**

Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

CRC-SC 4.012

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**

30.460.297/0001-39

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

